



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REVISÃO

COMISSÃO DO ESPORTE			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0846/17	DATA: 04/07/2017	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 14h50min	TÉRMINO: 17h21min	PÁGINAS: 56

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

BRUNO PATRÍCIO OLIVEIRA - Presidente da Confederação Brasileira de Hóquei sobre a Grama e Indoor — CBHG.
RICARDO PACHECO MACHADO - Presidente da Confederação Brasileira de Esgrima — CBE.
SANDRA HELENA DE SOUZA SILVA – Vice-Presidenta da Confederação Brasileira de Tiro com Arco — CBTARCO.
MARCO LA PORTA - Presidente da Confederação Brasileira de Triathlon — CBTri.
VICENTE FERNANDO BLUMENSCHNEIN - Presidente da Confederação Brasileira de Tiro com Arco — CBTARCO.

SUMÁRIO

Debate sobre as recentes denúncias e a atual situação das Confederações Brasileiras de Hóquei sobre a Grama e Indoor, Esgrima, Tênis de Mesa, Triathlon e Tiro com Arco.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Boa tarde a todos. Esta reunião de audiência pública está sendo realizada em razão da aprovação do Requerimento nº 153/2017, de iniciativa do Deputado Mário Negromonte Jr., subscrito pela Deputada Flávia Moraes, e do Requerimento nº 182/2017, também de iniciativa do Deputado Mário Negromonte Jr.

A reunião visa debater as recentes denúncias e a atual situação das Confederações Brasileiras de Hóquei sobre a Grama e *Indoor*, Esgrima, Tênis de Mesa, Triathlon e Tiro com Arco.

Eu gostaria de convidar para compor a Mesa o Sr. Bruno Patrício Oliveira, Presidente da Confederação Brasileira de Hóquei sobre a Grama e *Indoor*, o Sr. Ricardo Pacheco Machado, Presidente da Confederação Brasileira de Esgrima, o Sr. Marco La Porta, Presidente da Confederação Brasileira de Triathlon, e a Sra. Sandra Helena de Souza Silva, Vice-Presidenta da Confederação Brasileira de Tiro com Arco, aqui representando o Sr. Vicente Fernando Blumenschein, Presidente da Confederação Brasileira de Tiro com Arco.

Comunico a todos que o Sr. Alaor Azevedo, Presidente da Confederação Brasileira de Tênis de Mesa, também foi convidado por esta Comissão e foi objeto do nosso requerimento, como falado aqui anteriormente. Ele informou que não poderia comparecer em virtude de compromissos pessoais e profissionais previamente agendados.

Eu gostaria de agradecer a presença de todos aqui e já de algum convidado que possa chegar ao longo desta audiência pública. Agradeço a presença dos Deputados que estão aqui e participarão conosco.

Antes de passar à exposição dos nossos convidados, desejo informar as regras de condução dos trabalhos desta audiência pública. O convidado deverá limitar-se ao tempo em debate e disporá de 10 minutos para suas preleções, não podendo ser aparteado.

Após as exposições, serão abertos os debates. Os Deputados interessados em interpelar os palestrantes deverão se inscrever previamente e poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de até 3 minutos.



Será permitida a réplica de qualquer participante que seja citado durante os debates. Comunico também que esta audiência pública está sendo transmitida pelo portal e-Democracia, com *link* disponível na página da Comissão do Esporte, no portal da Câmara, possibilitando assim a participação popular por meio de perguntas dirigidas a esta Comissão.

Então, vamos dar início aos debates. Concedo a palavra ao Sr. Bruno Patrício Oliveira pelo tempo de até 10 minutos.

O SR. BRUNO PATRÍCIO OLIVEIRA - Obrigado, Sr. Presidente, pelo convite. Eu gostaria de iniciar com uma breve exposição sobre a situação do hóquei no Brasil.

Provavelmente, o hóquei é a modalidade mais recente no Brasil. A Confederação Brasileira de Hóquei sobre a Grama e *Indoor* foi criada formalmente em janeiro de 2005. Portanto, ela tem cerca de 12 anos de existência.

Na época, nós tínhamos cerca de 200 praticantes distribuídos em três Estados. Não tínhamos nenhum campo oficial da modalidade. Por conta dos Jogos Pan-Americanos de 2007, realizados no Rio de Janeiro, a modalidade teve a oportunidade de ter os seus dois primeiros campos oficiais. Esse legado que o Pan de 2007 deixou para o hóquei foi muito importante para começar esse trabalho de desenvolvimento da modalidade.

A Confederação Brasileira pôde organizar campeonatos nacionais e sediar campeonatos internacionais ao promover o aumento de praticantes no Rio de Janeiro e também os estimulando em outros Estados. Ao desenvolver as seleções nacionais, os praticantes puderam treinar no centro de treinamento em Deodoro para participarem das competições internacionais.

Por volta de 2010 e 2011, dando seguimento a esse trabalho de desenvolvimento da modalidade, o hóquei passou a ser organizado e estar presente em mais dois Estados brasileiros: Rio Grande do Sul e Paraná.

Um pouco depois, quando o Rio de Janeiro foi escolhido como sede dos Jogos Olímpicos, o hóquei teve mais um grande desafio: classificar as suas duas seleções para participarem dos Jogos Olímpicos. E por que isso? Porque, diferentemente de muitas modalidades, o hóquei não teve assegurada a sua participação em 2016 pelo fato de sermos país-sede.



Houve um trabalho muito grande de desenvolvimento da Confederação e do Ministério do Esporte com o Comitê Olímpico, e as duas seleções participaram de competições internacionais buscando atender a pelo menos uma das duas metas estabelecidas pela Federação Internacional de Hóquei.

Apesar do grande esforço das nossas atletas, a seleção feminina não conseguiu conquistar a classificação para os Jogos Olímpicos. No entanto, a seleção masculina não conseguiu atender a uma das metas. Restou a segunda, que seria nos Jogos Pan-Americanos de 2015, competição para qual a seleção masculina conseguiu se classificar pela primeira vez na história.

Diante de um desafio tão grande, foi necessário que a seleção masculina tivesse uma preparação diferenciada. Graças a um convênio que foi celebrado entre a Confederação Brasileira de Hóquei e o Ministério do Esporte, nossos atletas puderam ter um período de preparação diferenciado, na Europa, treinando com as melhores equipes, treinando com as melhores seleções.

Felizmente, a gente conseguiu conquistar a classificação olímpica nos Jogos Pan-Americanos de 2015. Essa foi uma conquista que eu acho que vai ficar na história do hóquei, principalmente pela dificuldade que a gente tem aqui no Brasil em relação aos equipamentos.

Nós só temos hoje, com o legado que nos foi deixado pelos Jogos Olímpicos, quatro campos oficiais. E todos eles estão presentes exclusivamente no Rio de Janeiro. Além disso, cada campo de hóquei oficial da modalidade custa entre 1,5 e 2 milhões de reais. Então, esses são fatores que, de certa forma, deixam a nossa conquista muito mais interessante.

Tendo conquistado no Pan-Americano de 2015 essa vaga olímpica, na sequência, a gente conquistou, pela primeira vez na história também, um título internacional. A seleção masculina seguiu, exatamente devido a esse apoio que a Confederação teve junto ao Ministério do Esporte a fim de permitir uma preparação diferenciada para a seleção masculina enfrentar um desafio tão grande como as principais potências da modalidade.

Nossos atletas conseguiram participar de todos os treinamentos. Eles se dedicaram bastante. Conseguimos participar, de forma muito digna, tendo sido



reconhecido internacionalmente todo o desenvolvimento da seleção masculina nos Jogos Olímpicos.

Como consequência desses jogos, além desse legado que nos foi deixado em relação aos equipamentos e campos oficiais, a gente teve, em todo esse processo dos Jogos Olímpicos, uma atenção muito grande da mídia. E foi uma atenção positiva.

Graças a essa atenção positiva, o hóquei passou a ser um pouco mais conhecido no País. Fomos contatados por diversas pessoas, querendo iniciar a prática em vários Estados brasileiros, onde a modalidade ainda não está presente.

E as nossas perspectivas para o futuro são bastante animadoras. A gente pretende utilizar esse legado olímpico e todo esse espírito positivo que surgiu em relação ao hóquei para levar para outros Estados brasileiros o esporte que hoje está presente em apenas cinco Estados, três da Região Sul, além de Rio e São Paulo, para popularizar o esporte e levá-lo para todas as pessoas de diferentes classes sociais. Enfim, tentar popularizá-lo e deixá-lo um pouco parecido com o hóquei na Argentina.

Era basicamente isso que eu gostaria de dizer. Eu queria novamente agradecer o convite que me foi feito. Estou à disposição para qualquer esclarecimento ou informação adicional que seja necessária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Obrigado, Presidente Bruno. Para dar seguimento à nossa audiência pública, concedo a palavra ao Sr. Ricardo Pacheco Machado pelo tempo de até 10 minutos.

O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - Boa tarde. Sr. Presidente, muito obrigado pelo convite. Da mesma forma, a Confederação Brasileira de Esgrima agradece. É muito importante que a gente possa contar a nossa história e ter esse pequeno tempo. Embora pequeno, é um tempo muito importante para que a gente tenha essa oportunidade de contar um pouco dos nossos louros, das nossas conquistas e também das nossas dificuldades.

A esgrima é um esporte mais antigo no Brasil do que o hóquei, evidentemente, mas também tem uma trilha bastante dificultada porque não é um esporte genuíno. É um esporte basicamente europeu.



Ele foi trazido ao Brasil pelos militares ainda nos idos de 1800. Entrou pelas Forças Armadas e lá se desenvolveu de forma bastante organizada. Depois, foi passado aos clubes. Foram então sendo criados clubes interessados, alguns clubes de origem europeia, até que finalmente a Confederação foi fundada dentro desse espírito, com o suporte militar e no meio civil.

Hoje a Confederação conta com 70 anos de existência, mas o marco de organização principal da nossa entidade coincide com a Lei Agnelo/Piva. Foi efetivamente uma pequeníssima entidade, uma entidade bastante diminuta, com recursos quase que inexistentes no sentido de verbas públicas. Eram projetos esporádicos que eventualmente se conseguiam. Ou seja, não se conseguia dar regularidade a um treinamento de alto rendimento para uma determinada equipe.

A esgrima é um esporte que contém três modalidades: o florete, a espada e o sabre, sendo cada uma delas masculino e feminino. Portanto, são muitas especialidades próprias. Uma delegação completa de esgrima equivale a 24 atletas, além dos técnicos e todas as armas, evidentemente.

Então, dentro deste cenário, se a Lei Agnelo/Piva não foi a solução de todos os problemas, até porque não era essa a ideia, pelo menos ela possibilitou a estruturação organizacional da entidade na contratação de profissionais regulares e de uma previsibilidade de suporte — não a um grupo muito elevado de atletas, até porque os recursos não são suficientes para isso, mas pelo menos para uma ponta do *iceberg*, para a elite da esgrima nacional.

E assim, desde aquela época do início da legislação, a esgrima vem se estruturando em poucos Estados, mas com certa força no cenário internacional. Já lá nos Jogos Pan do Rio de Janeiro, em 2007, finalmente tivemos três medalhas, o que foi um recorde para nós. E medalhas em jogos Pan são realmente muito importantes dentro da nossa perspectiva de esporte.

Logo em seguida, quando se começou a corrida para os Jogos Olímpicos, finalmente conquistamos — e vários outros esportes também conquistaram — o apoio das estatais. Tivemos o patrocínio da PETROBRAS, quando aí, sim, houve uma mudança totalmente do nosso cenário. Tivemos um grupo muito grande de atletas apoiados pela PETROBRAS, evidentemente também somado aos recursos da Lei Agnelo Piva. Praticamente, nós dobramos o nosso orçamento. E muitos



atletas tiveram, enfim, a possibilidade de fazerem todo o circuito internacional necessário para adquirir não só experiência, mas pontos em ranque, como é a maioria dos esportes.

Então, isso foi definitivo, a tal ponto que nós conquistamos, pela primeira vez na história, a classificação, diretamente pelo ranque internacional, de seis atletas e uma equipe para os jogos olímpicos do Rio de Janeiro. Isso foi absurdamente inédito, porque não eram apenas as vagas que nós tínhamos direito por sermos País-sede e sim pela conquista adquirida em campo. Foram conquistas esportivas dentro do ranque mundial. Foram seis atletas individuais e uma equipe que conquistaram a vaga, jogando internacionalmente. E só puderam obter essa vaga, porque fizeram todo o circuito mundial, competição por competição, país por país.

O clímax máximo do nosso esporte aqui no Brasil deu-se justamente nos jogos olímpicos. Colocamos, desses atletas classificados, dois finalistas. Isso para nós, para quem conhece o nosso esporte e as dificuldades que nós enfrentamos, foi, sem dúvida, fora de sério. Tivemos um oitavo lugar e um sexto lugar. A medalha nos escapou, mas jamais essa medalha era prevista. Então, os resultados obtidos foram fora de sério.

Evidentemente que quem chega a esse ponto não quer recuar, porque esse é o caminho. Mas, lamentavelmente, não somente a esgrima, mas outros esportes perderam os seus patrocínios. Alguns tiveram os patrocínios reduzidos. Nós perdemos o nosso patrocínio da PETROBRAS e hoje estamos convivendo novamente e exclusivamente com a Lei Agnelo Piva. Lamentavelmente, tivemos que reduzir os investimentos para os atletas de elite. Sobraram poucos porque os recursos não são suficientes.

Mas, por outro lado, temos uma previsibilidade. Já que a elite nós não conseguimos sustentá-la em grande quantidade, grande número de atletas, nós estamos agora nos voltando mais para a formação de profissionais, formação de técnicos, formação de árbitros para investimento na base, para o crescimento organizado e mais difundido do nosso esporte.

Hoje, o nosso esporte conta com cinco confederações e com alguns outros Estados que não estão organizados em federações, como, por exemplo, Pernambuco, que é um polo importante. Brasília tem esgrima também. Minas Gerais



tem esgrima, não há federações, mas há a prática da esgrima. Mato Grosso, Bahia são Estados que não possuem federações organizadas, mas possuem a prática do esporte. E a tendência é que a gente vá aos poucos fazendo com que o nosso esporte vá subindo cada vez mais em direção ao Norte e ao Nordeste, onde há hoje a menor quantidade de Estados praticando.

Enfim, em rápidas palavras, essa é a estrutura da nossa entidade. Apesar de eu ser o Presidente da entidade há apenas 3 meses; eu participei da gestão anterior, por isso eu tenho esses conhecimentos bem sedimentados.

Muito obrigado e, da mesma forma, estou aqui à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Muito obrigado, Dr. Ricardo Pacheco.

Com a palavra o Sr. Marco La Porta, Presidente da Confederação Brasileira de Triathlon, por até 10 minutos.

O SR. MARCO LA PORTA - Sr. Presidente, Deputado Mário Negromonte Jr., agradeço a V.Exa. pelo convite. Cumprimento os presentes.

Nesta oportunidade, vou falar um pouco sobre esporte e, particularmente, sobre o triathlon.

O triathlon é um esporte novo, que se iniciou em 1976, composto por três modalidades: natação, ciclismo e corrida, executados em sequência. A Confederação Brasileira de Triathlon foi fundada em 1991. A partir de 2000, tornou-se esporte olímpico. Desde então, o triathlon é um dos esportes que mais vem crescendo pelo mundo afora. Um fator que contribuiu bastante para isso é a popularidade do Ironman, uma das modalidades do triathlon bastante praticada pelo mundo afora, principalmente no Brasil.

Hoje nós temos aproximadamente mais de 20 mil praticantes de triathlon no Brasil e 24 Federações constituídas. Com exceção do Amapá, Roraima e Mato Grosso do Sul, esse esporte é praticado em todos os Estados brasileiros.

Desses vinte e poucos mil praticantes, 3.600 são filiados oficialmente à Confederação Brasileira de Triathlon, disputam as provas oficiais, campeonatos brasileiros, e pouco mais de 3% são atletas de alto rendimento.

Esse esporte, como eu disse, estreou nos Jogos Olímpicos de Sidney, em 2000, e teve participação nas Olimpíadas de 2004, 2008, 2012 e 2016. Portanto,



ainda tem muito a desenvolver. Para os Jogos Olímpicos de Tóquio, foi anunciada a inclusão de mais uma modalidade olímpica, que é o Revezamento Mixed Relays.

A Confederação Brasileira de Triathlon foi fundada em 1991. Eu sou o terceiro gestor da instituição. Nos últimos 16 anos, a Confederação teve apenas um gestor, que foi eleito em 1999 e permaneceu até agora, em abril, quando eu o sucedi na missão de comandá-la. Com sede em Vila Velha, no Espírito Santo, a Confederação está se mudando neste momento para Brasília, onde terá início seu funcionamento.

Durante todos esses anos, nós contamos com o apoio da Lei Agnelo/Piva, que foi muito importante para o desenvolvimento do triathlon. Sem ela, talvez não fosse possível dar o apoio necessário ao esporte de alto rendimento, que tem hoje em dia. Nós não temos patrocinadores, dependemos exclusivamente dos recursos da Lei Agnelo/Piva e de recursos próprios oriundos de filiações e de inscrições em competições, que tornam o orçamento pequeno diante dos planos que temos para o triathlon.

Desde que assumimos a Confederação em abril — e estamos completando 2 meses de gestão —, temos procurado dar a ela uma estrutura diferente. Nós criamos alguns procedimentos de mudança de organograma, de governança, para tentar implementar uma gestão mais moderna, a fim de ficar alinhada totalmente ao esporte brasileiro. Vamos partir para uma mudança estrutural.

A Confederação tinha pouco mais de seis funcionários. Aumentamos o número de funcionários e contratamos mais gerentes. Tudo isso tentando gerenciar com os recursos que nós temos lá, que, infelizmente, impedem voos maiores. Mas entendemos que o momento era de realmente dar uma base administrativa para que a Confederação pudesse crescer. Então, nós temos investido bastante nesse aspecto.

Destaco a participação dos atletas, como desejo da própria comunidade, na gestão da instituição. Nós constituímos o Conselho de Atletas, que inclusive votou nas últimas eleições. Foi criada a figura do CEO, que não existia na Confederação, que hoje é exercida por um atleta medalhista pan-americano. Temos como superintendente administrativo uma atleta olímpica. Eles não estão colocados ali por que são atletas, mas por que são gestores capacitados para isso, que



demonstraram, pela experiência anterior, pelo processo adquirido ao longo dos anos, a capacidade de atuar como administradores.

O triathlon é um esporte que vem crescendo numa velocidade assustadora. Para quem tem oportunidade de assistir a uma competição, é um esporte muito atrativo, porque envolve belos cenários, praias e lagos. E, diante desse *boom* que existe no mundo afora relativo à prática de atividades físicas, à prática de esportes, o triathlon vai ao encontro dos anseios da população.

Ao contrário do que as pessoas pensam, não é um esporte para super-homem. Nos campeonatos infantis, temos a participação de atletas a partir de 8 anos de idade. Por exemplo, nesse próximo final de semana, em Palmas, teremos o Campeonato Brasileiro Infantil, com 150 crianças inscritas, de 8 a 14 anos de idade. E, nos campeonatos brasileiros, temos a participação de atletas com mais de 70 anos, que também participam de campeonatos mundiais, competindo nas diversas modalidades. Muitas vezes, nós achamos que o triathlon é a **instância maior do Ironman, mas nós temos instâncias mais curtas que permitem a participação de todos.**

Trata-se de um esporte que permite a inclusão, inclusive a inclusão social. Nós temos vários projetos sociais relacionados ao triathlon. Em Fortaleza, por exemplo, há um projeto que beneficia 4.500 crianças, elaborado pela Federação de Triathlon no Estado do Ceará. Temos projetos também na Bahia, em Pernambuco, em Santa Catarina, em Palmas. Várias Federações têm projetos sociais e trabalham com bicicletas simples, que permitem a prática desse esporte por qualquer pessoa. As bicicletas modernas de competição são mais caras. E nós temos projetos visando incentivar essa modalidade de esporte.

Quando assumimos a Confederação, estabelecemos um planejamento estratégico, com objetivos e metas definidas. A principal meta é levar o maior número de atletas aos estádios internacionais. Nós temos plena consciência de que tem sido insuficiente. Entendemos que é preciso aumentar o número de praticantes para que possamos obter resultados.

Nós temos feito um comparativo com grandes potências pelo mundo afora. Atualmente, os Estados Unidos têm cerca de 100 mil praticantes de triathlon. Não é à toa que conquistaram medalha olímpica. Às vezes, comparar com os Estados



Unidos é difícil, mas podemos comparar com o México, que tem 20 mil praticantes como nós e dois atletas hoje posicionados no Top Ten, porque investiram certo, investiram na base. É um trabalho que nós estamos implantando desde já.

Paralelamente a esse campeonato infantil que acontecerá nesse final de semana, nós estamos funcionando no Training Camp em Palmas. As pessoas podem achar que não é possível praticar essa modalidade esportiva, mas nós estamos em Palmas com um Training Camp para 30 crianças, de 12 a 14 anos, visando a detecção de talentos.

Então, é importante essa situação atual da Confederação, dessa mudança de gestão, dessa mudança de governança, buscando dar essa transparência a todas as nossas ações e inserindo todas as modificações solicitadas pelas comunidades que participaram das decisões, de maneira que a gente possa realmente crescer e tornar o triatlo mais forte, independentemente se vai ser através da Confederação Brasileira ou através de eventos particulares e promocionais, como é o caso do Ironman.

Mais uma vez, agradeço a oportunidade de falar um pouco aqui da nossa modalidade. Quero colocar a Confederação Brasileira de Triathlon à disposição, agora em Brasília, de todos que quiserem conhecer um pouco mais do nosso esporte e tirar dúvidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Dando seguimento, eu queria registrar a presença aqui de Leandro Cruz Fróes, que é o Secretário Nacional de Esporte Educação, Lazer e Inclusão Social, do Ministério do Esporte.

Transmita o nosso abraço ao Ministro Picciani.

Quero agradecer também a presença do Sr. Wladimir Camargo, Relator da proposta de Lei Geral do Esporte no Senado Federal, especialista em Direito Esportivo.

Também quero registrar a presença Sr. Luciano Hostins, Presidente do Tribunal Antidopagem, da ABCD — Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem, do Ministério do Esporte.

Quero agradecer a presença de vocês. Muito obrigado.



Dando seguimento à nossa audiência pública, agradeço a presença do Deputado Roberto Góes, que é também Vice-Presidente de uma Confederação de Futebol, por sinal, sempre atuante aqui nessas audiências públicas relativas ao esporte, a todos os esportes.

Eu gostaria, representando o nosso Presidente Deputado Marcus Vicente, de passar a palavra agora à Sra. Sandra Helena de Souza Silva, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Tiro com Arco, pelo tempo de até 10 minutos.

A SRA. SANDRA HELENA DE SOUZA SILVA - Obrigada pelo convite.

Quero cumprimentar a todos, à Mesa, aos Parlamentares que estão aqui, às autoridades.

A Confederação Brasileira de Tiro com Arco atua no Brasil por uma estrada, creio, certamente um pouco maior do que os nossos companheiros aqui. Há também as limitações de ser um esporte pouco popular, de um esporte que precisa de um instrumental diferenciado, pouco acessível. Esse esporte também lida com as dificuldades de popularidade para conquistar o espaço que, com certeza, os esportes que conseguem atender a essa demanda objetivam e conquistam efetivamente.

A CBTARCO hoje está instalada na cidade de Maricá. Há algum tempo vem investindo efetivamente no seu esporte de base, apesar de contemplar de tantas atividades, e tanto na sua atuação olímpica quanto na paraolímpica. Hoje, nós objetivamos modernizar ao máximo a nossa atuação, com a reforma da nossa governança, traduzindo transparência, com uma atuação que possa agregar ao máximo a participação dos atletas, a participação das pessoas De uma atuação que possa agregar ao máximo a participação dos atletas, a participação das pessoas interessadas e que se mobilizam em torno do esporte, para que efetivamente seja uma ação que traduza resultados.

Como resultado da nossa atuação nas categorias de base, num projeto simples e despretensioso que começou na nossa sede, hoje, nós temos um resultado expressivo no *ranking* mundial, pontuando com atletas com expressão, que nunca foi alcançado.

Por outro lado, também conseguimos popularizar, de maneira bem diferenciada, a modalidade. Nós, há até 5 anos aproximadamente, éramos 8



federativas, hoje somos 19, e temos, com certeza, a capacidade de desenvolver mais e melhor, porque é uma tendência, é um esporte que visa o foco, a concentração, a respiração e tem uma facilidade, um apelo muito especial nesse tipo de atividade, que faz com que seja um diferencial.

Nesse contexto cultural também, nós estamos tentando agregar e trazer um valor especial, que é a nossa tradição indígena, ou seja, é importante que nós possamos fazer um *link* entre o tradicional, que veio da Europa, e a nossa tradição típica brasileira. Há um trabalho sendo desenvolvido nesse objetivo e que concentra, sim, a nossa especial atenção.

No mais, eu posso falar que a CBTARCO hoje traduz, aproximadamente nas 19 federações, um trabalho especial tanto na área olímpica quanto na área paraolímpica. No paraolímpico, nós temos hoje um projeto que atua, de maneira muito divulgada, na área do Nordeste e também em Manaus, com resultados expressivos. Nós também temos bastante atuação, e principalmente no Espírito Santo, um trabalho muito diferenciado, com resultados especiais, com pontuações diferenciadas. Tivemos medalhas de ouro no último campeonato em janeiro, em Dubai, pelo paraolímpico, e hoje nós, nas últimas seletivas, conseguimos resultados e ranqueados que poderiam ter uma atuação bastante especial nos campeonatos internacionais.

É claro que toda essa expressividade vem com os recursos da Piva, que são quem nos valem no nosso cotidiano, no nosso feijão com arroz, que é quem paga salários, viagens, manutenção, enfim, é quem suporta efetivamente as atividades da CBTARCO.

Nós tivemos esse desenvolvimento também por força dos convênios pactuados com o Ministério dos Esportes, na aquisição principalmente de equipamento, porque é o equipamento que dá a possibilidade de desenvolver efetivamente a modalidade.

Nesse trajeto, estamos aqui à disposição para esclarecimentos maiores e efetivos que possam querer conhecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Mais uma vez, agradeço a todos vocês por atenderem o nosso convite e participarem conosco desse debate, que também é interativo.



Há algumas perguntas de atletas e de pessoas que estão interessadas e gostam de futebol que estão sendo passadas para a assessoria da Comissão e vamos repassá-las a todos os participantes.

Finalizadas as apresentações, abrimos espaço para os debates.

Como foi falado, há vários esportes presentes aqui, mas infelizmente tivemos a ausência de um dos convidados. Mais uma vez, ressalto essa ausência. Possivelmente vamos reiterar, refazer esse pedido de requerimento, até porque houve uma pergunta sobre isso. Vamos começar pela pergunta do Sr. Alex de Oliveira aos Deputados. Eu repassaria a pergunta a todos, mas não é de interesse de nenhuma das confederações. Então, vou respondê-la de ofício mesmo.

Essa pergunta foi dirigida à Confederação Brasileira de Boxe: *“Por que a Confederação Brasileira de Boxe não foi chamada? Ela também está sendo investigada pelo MPF e pela Polícia Federal”*.

Respondendo à pergunta do Sr. Alex de Oliveira, já foram encaminhadas ao nosso gabinete — não sei se por coincidência ou talvez pela mesma pessoa — algumas informações sobre a Confederação Brasileira de Boxe. Já preparamos inclusive o requerimento para ser votado na próxima sessão, que pode ser inclusive amanhã.

Uma segunda pergunta feita por um esgrimista, um atleta, o Sr. Pierre Souza:

“Boa tarde, sou atleta da esgrima há quase 20 anos. Atualmente sou também Diretor da Associação Brasileira de Esgrimistas, entidade formada por atletas e ex-atletas, que tem por objetivo dar voz a atletas e levar as reivindicações dos mesmos, especialmente para a confederação.

As confederações são mantidas quase que unicamente com dinheiro público. Por que praticamente não há prestação de contas?

A Confederação Brasileira de Esgrima não divulga nenhuma informação, apenas um balanço que muito dificilmente pode ser compreendido. Sem transparência, não há confiança”.



O Sr. Pierre Souza fez outra pergunta. Vou ler logo as duas para serem respondidas de uma vez.

“As confederações convidadas, especialmente a de esgrima, irão se submeter a um rating do esporte?”

Esse é um projeto que visa trazer governança e transparência para as confederações, o qual possibilitará a busca por patrocinadores e otimizará as despesas”.

Essas são as perguntas do Sr. Pierre Souza. Vou repassá-las ao Sr. Ricardo Pacheco Machado, que disporá de 3 minutos.

O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - Essas questões colocadas pelo esgrimista Pierre Souza são importantes, porque vão, de fato, ao encontro do caminho que estamos seguindo.

Primeiro, há um equívoco aqui. Quando diz que as confederações são mantidas quase única e exclusivamente com dinheiro público, isso é verdade. Pelo menos a nossa. Há outras confederações que possuem patrocínios privados e outras fontes de receita. A nossa entidade tem como seu maior recurso o público, advindo da Lei Agnelo/Piva.

Porém, quando diz que praticamente não há prestação de contas, isso obviamente não é verdadeiro, porque são prestadas as contas de todos os recursos advindos da Lei Agnelo/Piva projeto por projeto.

Até para que isso possa ser compreendido pelo esgrimista que pergunta e por todos, o orçamento da Lei Agnelo/Piva é dividido em diversos projetos ao longo do ano. Cada viagem de atleta, cada competição, cada ação, cada pagamento e cada efetivo uso desse recurso público é um projeto. Então, a nossa entidade tem cento e tantos projetos ao longo de 1 ano.

Cada projeto demanda uma prestação de contas, cada um deles. Então, na estrutura interna da confederação, temos hoje sete funcionários. Nós temos três funcionários que nada fazem a não ser prestar contas. Então, de fato, quem conhece a utilização de recursos públicos sabe o quanto é complexo prestar contas. Isso demanda um trabalho extremamente forte, dedicado e diuturno de pessoas especializadas na prestação de contas para que o projeto seguinte possa ser aprovado.



Se não houver a prestação de contas, não há a liberação de recurso para o projeto seguinte. Então, evidentemente existe uma prestação de contas. Ela é dirigida ao Comitê Olímpico, que nos repassa os recursos da Lei Agnelo/Piva.

Quanto à transparência — parece-me que é nessa linha a pergunta —, estamos nos filiando, juntamente com grande maioria das confederações, ao *rating* dos esportes, no qual buscamos uma modificação de governança.

Inclusive, neste momento, o nosso *site* está em transformação. Estamos iniciando a estruturação de um *site* novo no qual a transparência será muito mais ampla do que é hoje. É claro que a transparência existe. A nossa transparência dada é a legal. Nós temos um balanço publicado, inclusive não só no *site*, mas onde tiver que ser.

A nossa prestação está no COB. Os recursos advindos do Ministério do Esporte estão no SICONV — Sistema de Convênios, quer dizer, a transparência está dada. É evidente que ele está se referindo a uma transparência mais fácil — e eu compreendo a pergunta —, de ser mais facilmente compreendida. Aqui é um balanço que muito dificilmente pode ser compreendido. É evidente que um balanço gera certa dificuldade de compreensão para quem não é versado na área contábil e financeira.

A segunda pergunta trata da governança. É evidente que nós temos esse interesse e estamos evoluindo nesse sentido, criando conselhos dentro da nossa entidade. Estamos atrelados ao Comitê Olímpico, que também vem fazendo todo esse esforço para que as confederações evoluam nessa esfera da governança, dando maior eficiência nas práticas administrativas. Então, nossa resposta é: sim, a Confederação irá se submeter ao *rating* do esporte.

Na semana passada, estivemos num evento, em São Paulo, tratando do *rating* do esporte. Estamos presentes, assinamos o termo e queremos participar disso. Este é o nosso interesse: ter uma administração cada vez mais organizada, transparente e efetiva, até porque, como dito aqui, dependemos quase que exclusivamente dos recursos públicos.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Sr. Presidente, permita-me fazer uma pergunta.

Qual é o orçamento da Confederação hoje?



O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - Da Lei Agnelo/Piva, são cerca de 2 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Por ano?

O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - Por ano.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Há outro recurso fora esse?

O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - Nós tínhamos o patrocínio da PETROBRAS, que era quase equivalente a isso.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - E esses recursos são disponibilizados para vários programas de ações esportivas, como competições nacionais...

O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - V.Exa. se refere ao que nós temos hoje?

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Sim.

O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - O orçamento é todo distribuído. Parte dele vai para a manutenção da entidade e pagamento de salários de funcionários, que hoje são sete; outra parte vai para competições nacionais. São dez competições que temos que organizar.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - O orçamento é uma média de cento e poucos mil reais por mês, mais ou menos.

O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - É difícil distribuir por mês, porque existem picos de uso dos recursos. Além disso, outra parte vai para a delegação dos atletas de alto rendimento. Dependendo do mês, o uso dos recursos é maior ou menor.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Dentro da confederação existe algum programa específico, como jogos escolares? Há alguma coisa no sentido de atrair esses alunos da rede pública de ensino para eventuais competições na Confederação?

O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - Não, dentro da confederação não temos nenhuma ação direcionada à rede pública. Nós participávamos, há muitos anos, dos antigos Jogos Escolares Brasileiros — JEBs. Eu mesmo fui um atleta que participei dos JEBs quando tinha 16 ou 17 anos. Fui ao último JEBs, que foi inclusive em Porto Alegre.



O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Não há mais a modalidade?

O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - Não existe essa modalidade. Desde 1976, quando houve o último JEBs, do qual participei, nunca mais a esgrima entrou para os jogos escolares. Nós participamos dos jogos escolares como convidados, a título de demonstração do esporte, mas não como esporte participante.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Mas para o fortalecimento da Confederação isso seria excelente.

O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - Isso seria determinante e muito importante.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Agradeço a participação do nosso Deputado Roberto Góes, atuante aqui na Comissão.

Deputado Arnaldo Jordy, a qualquer momento em que queira participar também, fique à vontade.

Eu acredito que a Sra. Sandra gostaria de falar sobre esse tema.

A SRA. SANDRA HELENA DE SOUZA SILVA - Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para falar do nosso investimento na base esportiva. Nós temos um programa com a Prefeitura de Maricá. Na verdade, eles nos cederam um espaço, por 20 anos, que hoje é o nosso Centro de Treinamento — CT. Eles oferecem também alguns professores de Educação Física que recebem de nós treinamento para serem instrutores da modalidade. Esse projeto recebe especificamente alunos da rede pública de ensino de Maricá.

O nosso melhor atleta hoje, o Marcus D’Almeida, que tem uma expressão bastante especial, vem desse projeto. Isso ainda existe, está lá, tem bastante representatividade na cidade e é bastante importante na atividade da Confederação, porque é o nosso ninho, de onde tiramos realmente os nossos melhores expoentes, os que chegaram ao alto rendimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - O Sr. Vicente também quer dar uma contribuição?

Fique à vontade, Sr. Vicente.



O SR. VICENTE FERNANDO BLUMENSCHNEIN - Eu queria aproveitar para explicar o seguinte: há 6 anos, eu solicitei junto ao Comitê Olímpico Brasileiro a inclusão do Tiro com Arco nos jogos escolares, e até hoje não conseguimos essa inclusão.

A Confederação Brasileira de Tiro com Arco tem, por ela própria, um campeonato brasileiro de Tiro com Arco disputado principalmente nas escolas estaduais e municipais dos 19 Estados onde temos federação. Os vencedores são premiados com taças.

Como não conseguimos incluir a modalidade nos jogos escolares, a Confederação criou um campeonato brasileiro escolar. Achamos fundamental para o desenvolvimento do nosso esporte ter o Tiro com Arco em jogos escolares. Essa é uma briga — no bom sentido — que enfrentamos para tentar incluir essa modalidade no esporte escolar.

(Não identificado) - O orçamento anual é o mesmo?

O SR. VICENTE FERNANDO BLUMENSCHNEIN - O orçamento anual é...

A SRA. SANDRA HELENA DE SOUZA SILVA - O orçamento anual hoje do Tiro com Arco é de aproximadamente 1 milhão e 900 mil reais.

O SR. VICENTE FERNANDO BLUMENSCHNEIN - É menos um pouco.

Só para complementar: eu tenho um sonho de ter um indígena, um branco e um negro na seleção brasileira. Nós temos, em Manaus, um projeto social com indígenas que conquistaram, nos Estados Unidos, medalhas de ouro, prata e bronze em campeonatos na modalidade Cadete e Juvenil.

Recentemente, nós nos envolvemos em um projeto do Ministério da Cultura para implementar Tiro com Arco, Canoagem e lutas no Xingu, também para desenvolver e divulgar o Tiro com Arco nesses projetos. Isso sem falar do nosso projeto principal, o de Maricá, como a Sandra já falou. A maioria dos grandes atletas hoje do Tiro com Arco são nascidos de projetos sociais dessa cidade.

Obrigado pela oportunidade.

A SRA. SANDRA HELENA DE SOUZA SILVA - Apenas para registrar de forma que fique audível: o nosso orçamento é de aproximadamente 1 milhão e 900 mil reais.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



A SRA. SANDRA HELENA DE SOUZA SILVA - Exatamente como o Presidente aqui falou: dentro de um projeto organizado pelo Comitê Olímpico, cuja base é o Sistema de Gestão Esportiva e Financeira — SIGEF, onde colocamos um orçamento detalhado, desde folha de pagamento, administrativo, competições nacionais, competições internacionais, pagamento de técnicos, enfim, tudo vem discriminado, detalhado e com publicidade. Esse orçamento pode ser acessado. Ele é disponibilizado no Comitê e também no nosso *site*.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Sr. Presidente, tenho uma pergunta para a Sra. Sandra.

Desse orçamento que é disponibilizado para a confederação é repassado algum apoio logístico para as federações dos Estados que estão filiados a ela?

A SRA. SANDRA HELENA DE SOUZA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - O orçamento é justamente para as competições nacionais, não é?

A SRA. SANDRA HELENA DE SOUZA SILVA - Para as competições nacionais e para os projetos que atendem a essa modalidade especificamente. Por exemplo, para divulgação e crescimento desse esporte, desenvolvemos projetos que criam instrutores, técnicos, árbitros...

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Quantos Estados brasileiros são filiados à Confederação?

A SRA. SANDRA HELENA DE SOUZA SILVA - São filiados 19 Estados.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Essas Federações não recebem nenhum apoio da Confederação?

A SRA. SANDRA HELENA DE SOUZA SILVA - Em recurso direto não.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Apoio de material ou de...

A SRA. SANDRA HELENA DE SOUZA SILVA - Apoio material elas recebem sim. Na verdade, isso é o que deu a oportunidade de chegarmos a esse número de 19.

O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - Deixe-me fazer um complemento.

Na realidade, Deputado, a legislação não permite essa transferência direta de recurso federal para federações estaduais. Por exemplo: nós temos mais ou menos o mesmo orçamento — aproximadamente 2 milhões de reais. Eu não posso pegar



100 mil reais e entregar para a federação do Rio de Janeiro ou de São Paulo. Essa possibilidade não existe.

O que é possível fazer — e isso, sim, é feito — são ações da Confederação na região, de forma que possam trazer algum benefício. Por exemplo, nesse fim de semana que passou, a Confederação Brasileira de Esgrima estava com dois cursos de arbitragem, um no Rio de Janeiro e outro em São Paulo. Esses cursos têm pagamento de inscrição, diárias de alunos. Essas inscrições são divididas com a federação local, e o benefício também dos cursos para as federações locais.

Então, há ações que a Confederação pode realizar, com recursos da Lei Agnelo/Piva ou não, e assim dar um benefício à federação local, mas não há transferência direta de recursos.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Com relação aos patrocinadores, a sua Confederação não tem nenhum patrocinador extra?

O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - Não tem. Estamos com pessoas ligadas a nós por convite, trabalhando no risco para a captação de recursos privados.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Mas quanto às competições locais nesses Estados, há uma orientação? Se dessa competição sai um atleta que tem condições de disputar uma competição nacional ou internacional, a Confederação vai e dá total apoio?

O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - Vai sim, é claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - O Deputado Arnaldo Jordy pediu a palavra.

V.Exa. quer falar agora?

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Na hora em que V.Exa. quiser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - V.Exa. pode falar agora, é claro.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Deputado Mário Negromonte Jr., eu queria parabenizá-lo pela iniciativa desta audiência; cumprimentar todos os nossos convidados e convidadas; cumprimentar o Deputado Roberto Góes, membro também atuante desta Comissão.



Sr. Presidente, apenas para fins de registro, eu queria lamentar a ausência do Presidente da Confederação Brasileira de Tênis de Mesa, o Sr. Alaor. Aliás, boa parte das minhas perguntas estariam sendo dirigidas a ele, por conta das denúncias de fraudes envolvendo a empresa SB Marketing. Talvez a ausência dele nesta audiência tenha a ver com essa situação no mínimo constrangedora para o Sr. Alaor e sua diretoria. Parece-me que essas denúncias não são tão inexpressivas assim, considerando a repercussão que a mídia tem dado e os documentos que eu já tive a oportunidade de acessar.

Eu lamento e queria deixar aqui o registro. Depois eu vou fazer as perguntas, se V.Exa. aquiescer, através de meio eletrônico, para que ele possa respondê-las, porque as indagações ficarão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Eu gostaria de responder de pronto, Deputado Arnaldo Jordy, que ele certamente terá mais 10, 20 ou 30 oportunidades, até o final do ano, de vir aqui, porque certamente continuaremos enviando convites, a cada sessão, através de requerimentos, para ele vir aqui e participar das audiências.

Acho que ele só tem a ganhar com este debate. Hoje vivemos num país em que as instituições, principalmente as que fiscalizam, tendem a colocar uma lupa em tudo. Não adianta se esconder, tem que se enfrentar a situação.

Algumas dessas denúncias podem ter sido levantadas por alguma realidade dessa empresa que esteja vinculada a outra confederação, mas ninguém aqui vai saber, porque ele teve a oportunidade, mas não veio aqui para poder responder as perguntas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Ele teve oportunidade, porque V.Exa. o convidou. Ele está aqui na lista de convidados, mas infelizmente não compareceu. Eu espero que em outras oportunidades ele possa vir aqui.

De qualquer forma, remeterei as perguntas que eu iria fazer a ele. Creio que ninguém aqui está autorizado a respondê-las, é claro, mas vou enviar as perguntas na esperança de que ele possa dar alguma satisfação, não a mim, especialmente, mas a mim, como membro desta Comissão. Acho que isso também é de interesse de outros Deputados.



Eu acho que tudo aquilo que envolve escândalos com a prática de recursos, que já são parcos, destinados às nossas confederações de esportes esta Comissão tem a obrigação de investigar, esclarecer e dar uma satisfação à opinião pública.

Afinal de contas, se há pretensão, pelo menos conceitual, de um dia este País vir a ser efetivamente olímpico, não podemos mais negligenciar ou tolerar esse tipo de prática, que, aliás, não é exclusiva da Confederação Brasileira de Tênis de Mesa. Nós já vimos isso no Vôlei e agora na Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos, que tem o Presidente, o Sr. Coaracy, e outros diretores presos. Acho que precisamos surfar nessa onda, no sentido de estabelecer outro padrão de gestão governamental para essas instituições.

Portanto, quero aproveitar para parabenizar os novos dirigentes que estão aqui. Isso não tem nada a ver com os senhores, quero que fique muito claro. Agradeço a presença dos senhores aqui para fazerem este debate com a Comissão.

Acho que estamos em outro momento, em que não cabe mais esse tipo de prática. Mais uma vez, quero parabenizar V.Exa. pela iniciativa deste debate.

Dito isso, eu queria fazer uma pergunta aos nossos representantes das Confederações de Hóquei, Esgrima, Tiro com Arco e Triathlon, que estão aqui presentes. Há especulações na imprensa, e eu preciso saber quais dos senhores têm convênio ou relação com a empresa de *marketing* esportivo SB Promoções, empresa que foi objeto da denúncia da Confederação Brasileira de Tênis de Mesa. A primeira pergunta, portanto, é se alguma das Confederações aqui presentes tem vínculo, tem relações, tem convênio com essa empresa e, se por acaso alguma tiver, quais são os termos dessa relação.

Segundo, diante das evidências da crise, há convênios por parte do Ministério do Esporte que estão contingenciados. O orçamento está contingenciado. O noticiário é farto nesse sentido. Além de o Ministério do Esporte ter contingenciado parte dos recursos de convênios com essas Confederações, nós temos também as estatais que promoveram cortes significativos das suas verbas de *marketing* esportivo.

Eu pergunto: quais as iniciativas que suas diretorias estão tomando para compensar esse momento de vacas magras, digamos assim, por conta de cortes dos dois principais patrocinadores — deve haver outros —, que são os convênios



diretos do Ministério do Esporte e das estatais, através de suas diretorias de *marketing* esportivo? Diante dessa nova realidade, como essas Confederações estão programando o ciclo para os Jogos de Tóquio, principalmente no que diz respeito à preparação dessas equipes?

Terceiro, em que medida o corte dessas duas fontes e outras já repercutem na rotina do planejamento que os senhores certamente fizeram para 2017 e 2018? Em relação às viagens de competição e treinamentos, em que percentual isso já impactou negativamente esse planejamento? Se isso for confirmado, quantos atletas mais ou menos foram atingidos por conta dessa restrição de repasse?

Faço outra pergunta: depois dos Jogos de 2016, o Ministério do Esporte já teve uma reunião no sentido de tentar replanejar ou readequar essa nova realidade, da qual nós temos conhecimento, por diversas fontes, e debater como suprir essas ausências?

Nós temos discutido muito nesta Comissão a nossa *performance* nos Jogos Olímpicos. Nós tivemos uma média, nos três últimos jogos. Neste ano, essa média melhorou um pouquinho, mas muito aquém daquilo que foi projetado pelo COB, em termos de medalha e em termos de *ranking*. Evidentemente que isso foi facilitado pela presença dos jogos em território nacional. Isso aumenta o nível de participação de atletas. A ambientação climática e o treinamento são facilitados. Há uma série de fatores para quem sedia. Nós tivemos um ponto fora da curva não tão como nós desejávamos, repito, mas tivemos uma pequena melhora. Agora, teremos os próximos Jogos em Tóquio, no outro extremo do planeta, também com esses cortes, com essas restrições orçamentárias. O COB já teve um debate em termos de planejamento para enfrentar essa nova realidade.

Por fim, eu queria fazer mais uma pergunta. Na verdade, o que tenho é uma curiosidade em relação à Confederação de Esgrima. Estão aqui presentes o Presidente e a Vice-Presidente. Estou muito honrado com a presença dos senhores. Nós temos um número muito reduzido de unidades federadas participando dessa modalidade. Além do Rio Grande do Sul, eu acho que temos o Paraná, o Rio de Janeiro e agora, mais recentemente, São Paulo. Por que há esse número tão reduzido de unidades federadas participando? A que se deve isso? Há alguma



estratégia para amplificar essa prática em outras unidades, em outros Estados brasileiros?

Finalmente, também ainda em relação à esgrima, gostaria de dizer que, no ano passado, a imprensa divulgou que alguns atletas tiveram dificuldade de pagar seus uniformes de viagens oficiais, na representação do País. Segundo essas informações, a Confederação não tinha recursos para essas despesas. Isso saiu na imprensa. Eu queria perguntar ao Presidente, em relação a essa notícia, quais são as razões para essa dificuldade, já que são tão poucos os atletas que participam dessa atividade.

Eram essas as minhas perguntas.

Desculpe, Sr. Presidente, pela extensão, mas são algumas inquietações que eu tinha que dividir com nossos convidados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Agradeço ao Deputado Arnaldo Jordy.

Algumas perguntas que foram feitas nós também a faríamos. Na verdade, elas é que originaram, motivaram os requerimentos. Algumas pessoas também fizeram perguntas semelhantes.

Deputado Arnaldo Jordy, talvez eu peça a V.Exa. que repita algumas delas. Podemos separá-las. Vamos começar pela esgrima, com o Sr. Ricardo, para responder às perguntas. Se ele precisar que V.Exa. repita as perguntas, Deputado, peço que o faça.

Vou entrar nas minhas perguntas, Sr. Ricardo, pegando um pouco o gancho das que já foram feitas pelo Deputado Arnaldo Jordy. Com todas essas dificuldades que os senhores externaram sobre a esgrima, gostaria que detalhassem um pouco o planejamento desse novo ciclo para as Olimpíadas, o que vocês estão planejando e o que o Ministério do Esporte tem feito em relação a essa participação com vocês da esgrima, porque serve para todos os esportes aqui. O que o Ministério e vocês têm feito de planejamento neste novo ciclo? Essa é uma pergunta.

A outra é em relação à empresa SB Marketing e Promoções. Foi falado aqui que há nova gestão, novos presidentes, mas o que vocês, nas suas novas gestões,



têm feito? Já fizeram auditoria? Cancelaram automaticamente todos os convênios? Era importante este momento para se esclarecer justamente isso.

Vamos começar com o Sr. Ricardo. Depois, podemos colocar o Sr. Bruno, a Sra. Helena, o Sr. Marco, quem quiser, para responder essas perguntas todas. Depois, retomamos aqui algumas perguntas interativas.

O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - A respeito do primeiro questionamento feito pelo Deputado, que diz respeito a essa empresa SB, de convênios.

Como eu disse, eu assumi recentemente a Confederação, mas estava presente, integrava a gestão anterior. Portanto, eu estou perfeitamente habilitado a tratar sobre esse tema, porque vivenciei tudo isso.

Essa empresa SB Marketing e Promoções nos foi sugerida, inclusive, entre algumas das empresas cadastradas junto ao Ministério do Esporte como uma empresa especializada no ramo, porque havia o interesse da Confederação à época, da nossa entidade, de convênios junto ao Ministério do Esporte.

Conhecemos essa empresa. Conhecemos as pessoas dessa empresa, que já trabalha para outras tantas entidades, não só confederações, como federações estaduais e até mesmo clubes, EPDs — Entidades de Prática Desportiva, através de contratos de assessoramento para convênios junto ao Ministério do Esporte.

Lá, então, procedemos, à época, 2011, ao nosso primeiro convênio para aquisição de equipamentos, materiais de esgrima, pistas de esgrima, aparelhos de esgrima, armas de esgrima para serem distribuídas entre as atletas. Àquela época, foi em torno de 1 milhão e 200 mil, se não me engano, ou algo em volta desse valor, de aquisição.

Quem ganhou a licitação, na oportunidade, através de cotação prévia, foi essa empresa, com o menor preço. Participaram outras empresas do certame, e essa empresa efetivamente ganhou e levou o objeto até o seu final, esse primeiro convênio de aquisição de equipamentos. Fechou esse convênio, encerrou o convênio, foram prestadas contas. Enfim, veio um novo convênio de interesse da Confederação, que era de viagens internacionais, hospedagens, passagens aéreas, para os atletas de alto rendimento. Já era aí em 2013, se me recordo, 2014, para os nossos principais atletas. Novamente, essa empresa venceu a licitação. O



procedimento evidentemente, é público, está no SICOM. Enfim, essa empresa venceu. Mas houve uma particularidade nesse convênio pela grande dificuldade de uso desses recursos, porque houve, por parte do Ministério do Esporte, algumas dificuldades de depósito desse valor. Havia a necessidade de abertura de uma conta específica no Banco do Brasil.

Sei que, entre a assinatura do convênio e o depósito, passaram-se 8 meses. Foi em dezembro de 2013 ou 2014 a assinatura do convênio, e somente em agosto do ano seguinte se conseguiu ter acesso aos recursos. Evidentemente, o planejamento de viagens feito para iniciar em janeiro em diante não pode ser realizado. Portanto, não pode ser utilizado o dinheiro, porque esse dinheiro não estava disponível.

Cada vez que há algum descompasso entre o que está planejado e o que tem que ser executado, não se pode executar. Essa é a regra de convênios. Então, evidentemente, teve que ser readequado o planejamento, mas nós temos que respeitar o calendário internacional, que estava em andamento.

Então, nós fizemos um novo planejamento, que foi ao Ministério do Esporte. Há um comitê de aprovação. Esse comitê não é diário. É um comitê a cada mês. Enfim, o tempo passou. Novamente, foi aprovado um replanejamento. Quando está liberado para usar, as competições que haviam sido planejadas novamente já tinham acontecido. Aí, sim, o dinheiro já estava depositado, e nós não podíamos usar porque o planejamento não havia sido aprovado ainda a tempo.

Depois, eu me recordo, houve uma situação, inclusive, de atletas que viajariam para a Turquia. A Turquia estava em guerra, e a competição teve que ser suspensa não por nós, evidentemente, mas pelo país. Era estágio de treinamento e tal.

Da mesma forma, houve um *tsunami* no Japão. São situações que eu me recordo que não foram executadas as ações planejadas. Portanto, não foram executadas. Aí teve que trocar de continente e mandar para o Ministério do Esporte uma solicitação de alteração de planejamento, porque trocou de continente. Aí leva mais um mês, e a competição passa.

Enfim, a decisão da Confederação naquela oportunidade foi devolver os recursos. Nós tínhamos nesse valor aproximado de 1 milhão e 200 mil nesse



convênio e devolvemos 900 e poucos mil reais. Fizemos a devolução. Isso foi inédito no Ministério do Esporte naquela oportunidade. Aqui, junto ao Ministério do Esporte, foi até um espanto porque chegou uma Confederação querendo devolver o dinheiro inteiro, porque não conseguíamos usá-lo por esses motivos que eu estou explicando, pela demora da análise dos replanejamentos e por situações que ocorrem na dinâmica natural do esporte: uma competição que estava planejada lá em outubro deste ano para ser em tal país e mudou por circunstâncias “x” para outra; aí tem que ser renovada toda a análise do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Mas esses convênios são objeto de denúncia?

O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - Não. Os convênios não. Essa empresa SB foi a que venceu a licitação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Sim, mas desses convênios que são objeto de denúncia hoje?

O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - Sim, sim, dessa própria empresa.

Esses dois convênios, no nosso caso, que estão objeto de denúncia, alegada fraude na licitação por essa empresa SB é nesse convênio específico, e nós devolvemos os recursos. Ou seja, nós devolvemos mais de 80% dos recursos.

Agora, esclarecendo ao Deputado e na nossa ótica, evidentemente, houve inquérito. Nós sabemos que está tramitando um inquérito na Polícia Federal sobre isso. Até agora não fomos ouvidos, desde aquela época, mas estamos muito tranquilos.

Sabemos que um representante legal da empresa SB esteve preso, mas não sei nem se continua preso. Não sabemos se efetivamente houve fraude, mas dissemos para todos aqueles que quiseram nos escutar que essa empresa nos prestou o serviço e executou o objeto do convênio até sua rescisão. Quando nós devolvemos o dinheiro, evidentemente foi rescindido o contrato com essa empresa. Mas ela recebeu enquanto trabalhou.

Então, quanto ao trabalho operacional dessa empresa, nada houve que a desabonasse. Mas, se efetivamente vier a ser provada alguma fraude na licitação em que fomos a entidade licitante, nós fomos a vítima. E assim aconteceu com



outras tantas federações, empresas, entidades e clubes, como o Grêmio Náutico União, de Porto Alegre, um clube gigante.

A licitação era por menor preço, em que era feita cotação prévia. Se vier a ser demonstrado pela polícia ou pelos órgãos de investigação que houve alguma fraude no procedimento da licitação, com toda certeza, a nossa entidade e as outras que se envolveram foram vítimas de um procedimento.

Agora, eles ganharam a licitação pelo menor preço e executaram o objeto. Com relação a essa empresa, era isso o que tinha a me referir. Não sei se há algum questionamento sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Deputado Arnaldo Jordy, V.Exa. tem algum questionamento sobre essa empresa?

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Com relação à explicação que o senhor me deu sobre a sua entidade, eu fico satisfeito pelo zelo. Mas há alguns fatores que nos inquietam em relação a essa empresa. Nos últimos 5 anos, essa empresa respondeu por mais de 50% das licitações ganhas nessas confederações.

E há um outro dado adicional curioso: em todas as confederações que tiveram problemas com o Tribunal de Contas da União, com a Polícia Federal, nessas investigações que geraram o escândalo, como a do vôlei, etc., essa empresa aparece também. Então, há alguma coisa muito estranha com relação a essa empresa.

Não quero dizer que a entidade foi lesada ou que houve algum tipo de cumplicidade ou coisa do gênero, mas é muito estranho que essa empresa tenha uma presença tão frequente nesses contratos, a ponto de responder por mais de 50% das licitações nos últimos anos. Em todas as situações em que houve denúncias de irregularidade, de fraude inclusive, de superfaturamento, essa empresa aparece.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Essa situação chega a ser incrível!

O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - Isso se deu não apenas em confederações, mas também em federações e clubes. Era voz corrente dentro do Ministério do Esporte que essa empresa era extremamente eficiente e possuía a *expertise* máxima nesse tipo de trabalho.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Isso ocorreu na gestão de qual Ministro? O senhor poderia falar isso?

O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - Ocorreu em 2011, 2012. Os nomes eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Em 2011, 2012?

O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - Em 2011, 2012, por aí. Ela era uma empresa cadastrada e com *expertise*. Acho que ela foi uma das que chegou primeiro para executar esse tipo de trabalho. O seu trabalho — e das outras que eram as concorrentes dela — era de execução e condução de projetos, de compras de passagens e hospedagem para viagens.

Essa empresa tinha muita *expertise*, e os funcionários nos atendiam com bastante eficiência. Ela era uma empresa que se preparou para isso, sendo voltada exclusivamente para a elaboração de projetos junto ao poder público. Por isso ela era tão conhecida no cenário nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - O senhor falou do Ministério do Esporte. Houve alguma participação do Ministério em apresentá-la?

O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - Os nossos convênios foram com o Ministério do Esporte, e essa empresa estava trabalhando junto ao Ministério no sentido de já ser a empresa contratada de entidades que formalizavam convênios. Quer dizer, o Ministério conhecia profundamente essa empresa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, permita-me acrescentar que uma das denúncias que veio à tona nessa questão da Confederação Brasileira de Tênis de Mesa é que, na verdade, as concorrentes dessa empresa eram laranjas. Isso ficou muito caracterizado pelas investigações feitas e pela prática concorrencial dessa empresa SB Promoções. Ela tinha uma verdadeira lavanderia a serviço dela na prática dessas atividades. Por isso a presença dela é tão frequente, em nível surpreendente, em relação a todas as outras.

Pelo que o Dr. Ricardo está nos revelando, essa empresa ganhava a licitação de passagens a compra de armamento para esgrima. Ela participava em convênios de palito de fósforo a turbina de avião. Ela fazia tudo. Isso realmente é um comportamento muito estranho.



Eu estou satisfeito com essa resposta. Se o senhor puder me responder as outras perguntas, eu lhe agradeço.

O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - Com relação à nossa entidade propriamente dita, é verdade que nós tivemos uma redução de recursos. Eu tenho dito que essa redução se aproxima de 50% do que tínhamos anteriormente, considerando os recursos da Lei Agnelo-Piva mais o patrocínio da estatal.

No nosso caso, não houve redução de patrocínio, mas o encerramento do patrocínio. Existiam cinco esportes patrocinados pela PETROBRAS, e os cinco tiveram encerrados os seus contratos. Os contratos encerraram-se logo em seguida à Olimpíada e não foram renovados.

O nosso contrato com a PETROBRAS se encerrou em agosto ou setembro do ano passado, logo após a Olimpíada, e nós ainda tínhamos um período de 2 ou 3 meses para prestação de contas para a PETROBRAS. Finalmente, no final do ano passado, a partir da entrega da prestação de contas para a PETROBRAS, nós não tivemos mais nenhum recebimento de valor.

Mais ou menos em março deste ano, as entidades que representavam os cinco esportes patrocinados foram chamadas pela PETROBRAS, que anunciou o encerramento do patrocínio. E aqui não faço nenhuma análise nem opinião do mérito, mas apenas narro o fato.

Esse patrocínio estatal representava algo em torno do mesmo valor dos recursos da Lei Agnelo Piva. Por isso, sempre que me manifesto sobre isso, eu digo que perdemos 50% dos nossos recursos.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Dr. Ricardo, o senhor fazia parte da gestão anterior. Qual era o seu cargo?

O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - Vice-Presidente.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - O senhor assumiu a Presidência agora?

O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - Sim, agora, no dia 31 de março ocorreu a eleição.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - O último Presidente ficou por quanto tempo?



O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - Ficou por 8 anos, por duas gestões.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Nada contra quem ficou mais ou quem ficou menos. Geralmente, Sr. Presidente, Deputado Mário Negromonte Jr., discute-se muito o tempo que se fica dentro de uma confederação ou dentro de uma federação.

O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - Mas, pela legislação atual, não é possível presidir mais do que 8 anos. É possível ficar por uma gestão, prorrogável por mais uma.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Eu escutei as suas colocações com relação às competições, que realmente mudam mesmo. Essa questão é um problema muito grande. Eu acredito que o pensamento desta Comissão é justamente o de ajudar no que for preciso. Acho que esse é o pensamento do Deputado Arnaldo Jordy e do Presidente desta Comissão. Queremos ajudar no que for possível, porque isso depende muito da relação política, muito da parte administrativa e muito do momento que vive o País.

Eu sou presidente da Federação de Futebol do Amapá, filiada à Confederação Brasileira de Futebol — CBF. A CBF vem passando por transformações de gestão, de transparência. Eu acho que, neste momento, nós temos que estar cada vez mais preparados para essas mudanças.

O brasileiro é apaixonado por futebol, e a CBF não recebe recurso público, diferentemente das federações, que dependem do recurso do contribuinte. Não quero dizer que o recurso público e o recurso privado não tenham o mesmo valor. Acho que essa questão da transparência está tomando conta do mundo, e é preciso que, cada vez mais, consigamos nos adaptar a essa nova realidade por que o mundo passa hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Eu queria pedir ao Deputado Arnaldo Jordy que passássemos para o outro tema. Há outras confederações que estão — ou estiveram — envolvidas com essa empresa. É importante ouvir as Confederações Brasileiras de Hóquei e de Tiro com Arco sobre esse tema. Após, nós passamos para as outras perguntas.



Quanto à questão do Ministro à época — que eu mesmo levantei —, já chegou a informação de que os Ministros eram o Orlando Silva e o Aldo Rebelo.

Bruno, quer se manifestar sobre a empresa SB Promoções?

O SR. BRUNO PATRÍCIO OLIVEIRA - A Confederação de Hóquei nunca teve nenhuma relação com essa empresa SB Promoções.

A SRA. SANDRA HELENA DE SOUZA SILVA - A Confederação Brasileira de Tiro com Arco — CBTARCO teve convênios que foram administrados pela SB Promoções. Na verdade, ocorreu uma história muito parecida com a história da Confederação Brasileira de Esgrima.

A SB, ao que tudo indica, era a grife no que diz respeito à gestão dos convênios. Quando uma confederação apresenta um projeto ao Ministério do Esporte, e, uma vez o projeto aprovado, dentro do cronograma, é necessária uma gestão que envolve uma expertise diferenciada. São necessários conhecimentos da Lei nº 8.666, da Portaria Interministerial nº 507, de movimentação do Sistema de Convênios — SICONV, do Sistema Integrado de Administração Financeira — SIAFI. Ou seja, há uma gama de conhecimentos para mobilizar o recurso, fazer as alterações de projeto, como ele falou, fazer ajuste de plano de trabalho. Não raramente, as confederações fazem um projeto que é aprovado 2 anos depois, cujo recurso é liberado aproximadamente de 6 a 8 meses depois de sua aprovação efetiva.

Então, existe toda uma demanda de conhecimento técnico e de tempo que fatalmente importa em uma gestão diferenciada. Nos nossos projetos, éramos orientados desta forma: *“Vocês não conseguem fazer essa gestão sem alguém com dedicação exclusiva para isso. Existem empresas que fazem isso. Então, inclua no projeto algo em torno de 10% a 15% do valor do projeto para a administração desse convênio”*. E nós fazíamos isso. Nosso histórico foi similar ao da esgrima.

Essas empresas estão elencadas num sistema público de empresas que podem participar da concorrência daquele certame. E não raramente era ela que ganhava. Eu tive três convênios, e em dois só ela apareceu como interessada. As outras empresas que apareceram estavam envolvidas nas revelações públicas que foram a razão da nossa rescisão drástica. Eu tive que rescindir os nossos contratos com a SB unilateralmente, por força dos escândalos envolvidos, quando eu vi que,



na verdade, nós estávamos também dentro daquele mesmo quadro. Mas me coloco também como vítima disso.

A par dessa situação, eu endosso o que o Dr. Ricardo falou, que a competência dela nós não questionamos. Ela era apta ao trabalho que oferecia, tanto que hoje há alguns questionamentos do Ministério do Esporte em prestação de contas desse convênio, em que há sempre a ressalva de que o objeto do convênio foi plenamente alcançado. E foi — nós somos testemunhas disso —, independente de algumas questões que envolvem a execução do projeto.

Agora, falando especificamente sobre a CBTARCO, o meu maior problema nos convênios hoje são as licitações da contratação. O que nos questionam são sempre as licitações da contratação da própria SB.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu já entendi que os senhores eram orientados tecnicamente a fazer a contratação de uma entidade especializada em operar toda essa burocracia. Essa burocracia — se eu estiver equivocado e me faltar algum registro externado pela senhora, corrija-me — era questão de conhecimento do SICONV, da Lei Agnelo-Piva.

A SRA. SANDRA HELENA DE SOUZA SILVA - Da Lei Agnelo-Piva não, mas do SICONV, porque tratava-se sempre de recursos do ME.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Uma empresa que tenha como... Uma empresa que tenha como portabilidade o conhecimento do SICONV, e que possa tratar de operar convênios, não é uma coisa, vamos dizer, de outro mundo, para usar uma expressão popular, é algo relativamente corriqueiro. Temos aí uma penca de entidades, de instituições que têm domínio de SICONV. Aqui na Câmara, por exemplo, qualquer assessoria de gabinete conhece isso. Não é uma coisa muito misteriosa, não é um conhecimento muito específico.

Seria exagerado dizer que havia certo “dirigismo” para que esta empresa pudesse se habilitar de forma tão recorrente a esse conjunto de federações? Repito, eu estou fazendo a ressalva de que os senhores estavam de boa-fé, orientados pelo Ministério de que era aconselhável para o bom negócio do empreendimento, a boa aplicação dos recursos e o êxito na superação de toda essa burocracia — SICONV, legislação, etc — mas, o que nos espanta, repito, é a recorrência. Essa empresa responde por mais de 50%... e é uma empresa que trata de passagem aérea a



armamento de esgrima, quer dizer, é um leque de variações muito grande. E, repito, eu estou baseado nas informações da investigação feita. Uma das principais vias de investigação e de denúncia dessa empresa é que havia fraude nas concorrências. Fraude nas concorrências, ou seja, essa empresa montava um cenário de empresas laranja, articuladas por ela, para ser vencedora disso. Essa é uma das principais investigações, que leva a esse escândalo todo, que está sendo aí veiculado, que é do conhecimento de todos. Então, seria exagerado... porque a senhora falou que houve três vezes em que ela se habilitou, ela acabou ganhando essas três numa situação similar ao que nos foi revelado há pouco pelo Dr. Ricardo, e eu creio que isso seja relativamente comum a outras congêneres dos senhores.

Então, qual era a expertise dessa empresa?

(Não identificado) - A pergunta foi se foi...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Praticar o SICONV, organizar o SICONV, quer dizer, não é uma coisa de especialidade de ponta. É uma matéria de domínio amplo. Qualquer empresa de fundo de quintal domina o SICONV. O SICONV não tem esse mistério todo.

A SRA. SANDRA HELENA DE SOUZA SILVA - Não é só o SICONV; o SICONV também. Mas ela fazia, na verdade, toda a gestão do projeto, ou seja, conduzir as contratações, fazer a contabilidade, organizar documento, organizar as prestações de contas, organizar as licitações. Por isso, eu fiz a ressalva. De todo esse universo que ela organizou, e que hoje nós estamos sendo efetivamente questionados, basicamente a licitação que questiona — estou falando pela CBTARCO, especificamente — é a licitação da contratação dela mesma. As demais circunstâncias, as decorrências disso, ela funcionou corretamente, não há questionamentos em torno disso. Hoje nós somos questionados a respeito da licitação, da contratação dela.

(Não identificado) - Que é exatamente a mesma situação.

A SRA. SANDRA HELENA DE SOUZA SILVA - Exatamente. Então, a expertise dela era disso. Olha só, existe uma gama, um leque de ações, independentemente do SICONV, muito embora, pelo que eu estou entendendo, fora do mundo, do mundo público, dentro do mundo privado, o SICONV é assim: um monstro com muitos braços. Mas em que não seja, mas existe toda uma demanda:



compra de várias passagens, organizar delegação, isso tudo ficava a critério dela. Nós lá, por exemplo, somos só quatro funcionários.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE JR. - Só para tirar uma dúvida: ela preparava a licitação que ela mesma ganhava?

A SRA. SANDRA HELENA DE SOUZA SILVA - Não. Não. Não. Não.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE JR. - Não, porque ficou uma...

A SRA. SANDRA HELENA DE SOUZA SILVA - Não, a licitação que ela ganhava, não. Mas, eu estou dizendo que nós estamos sendo questionados nas cotações prévias da contratação dela.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE JR. - Sim. E ela preparava também o SICONV para licitações?

A SRA. SANDRA HELENA DE SOUZA SILVA - Não, não. As licitações, veja bem, eu quando abro a cotação prévia para a cotação das contratações, eu lanço na cotação eletrônica, no pregão eletrônico, aberto para todas as empresas que se interessem. No caso da contratação dela, essa era a primeira que nós fazíamos, e que ela ganhava, participando com outras, ganhava por menor preço e, a partir de então, ela assumia a gestão do convênio especificamente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - E ela ganhava isso de forma recorrente.

A SRA. SANDRA HELENA DE SOUZA SILVA - Ela ganhou as três vezes que participou.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Quer dizer, houve três licitações, e essa empresa ganhou as três. Houve três licitações, ela ganhou as três com esse portfólio, com essa expertise, organizar o SICONV e tudo aquilo decorrente, claro, as outras licitações...

A SRA. SANDRA HELENA DE SOUZA SILVA - Das necessidades do convênio.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Claro. Exatamente. E nós estamos tratando exatamente disso, dela própria. Não estou falando das outras que, a partir dela, foram organizadas.

A desconfiança, eu vou ser muito franco, porque, repito, eu os tenho como vítimas desse processo, eu não sei se vítimas, mas, assim, agiram de boa-fé. Para



nós fica cada vez mais claro, pelo menos, Presidente, e Deputado Roberto, a minha visão cada vez mais cristalina, inclusive com as informações que os senhores nos prestam hoje aqui, de que havia certo “dirigismo” do Ministério em relação a essa empresa.

A SRA. SANDRA HELENA DE SOUZA SILVA - Eu não posso afirmar isso. Eu posso afirmar que, aberta a licitação, que era pública, ela sempre participava.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Não, eu estou combinado com a investigação da Polícia Federal e do Tribunal de Contas, cuja principal linha de investigação é a fraude na montagem da concorrência licitatória, ou seja, essa empresa tinha algumas empresas laranja satélites para fazer de conta, e montar a cena, para poder... E o resultado final demonstra isso, quer dizer, se você tivesse uma empresa que tivesse o domínio de um determinado conhecimento do mercado, de uma... Mas, era o SICONV, repito, para a iniciativa privada não tanto, mas para quem lida com a área pública, e não é pouca gente que lida com a área pública, e não é pouca gente que lida com a área pública: todas as emendas parlamentares, por exemplo, são via SICONV, todos os convênios públicos no Brasil, nos Estados, nos Municípios, que envolvem recursos federais, envolvem o SICONV. Então, não é um núcleo, não é um nicho tão pequeno de técnicos...

(Não identificado) - Todas as Prefeituras, Governos dos Estados...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Quer dizer, com recebimento de emendas parlamentares, não é um nicho tão pequeno de técnicos, vamos dizer assim, que dominam isso.

(Não identificado) - Pelo contrário, é muito amplo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - É amplo demais para que haja recorrência de uma única empresa, em diversas confederações, tenha mais de 50% de êxito. E agora é denunciado por fraude, não pelos senhores, mas por órgãos investigativos do Brasil, que estão nos proporcionando essa investigação. Isso já está praticamente consolidado. Parece-me que, à revelia da boa-fé dos senhores, havia um esquema montado para essa empresa.

A SRA. SANDRA HELENA DE SOUZA SILVA - Eu reitero o que foi dito pelo Dr. Ricardo. Nós nos sentimos vitimados, sim, pelas circunstâncias. Eu não questiono, por exemplo, o convênio que garantiu uma enorme gama de material que



pudemos distribuir por todos os estádios do Rio de Janeiro. O convênio foi muito bem executado. O próprio Ministério do Esporte reconhece que o convênio efetivamente alcançou seu objeto e foi bem-sucedido.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - A senhora poderia nos repassar posteriormente cópia desses convênios, com os valores dos equipamentos?

A SRA. SANDRA HELENA DE SOUZA SILVA - Sim. Eles são públicos. Estão no... Mas nós passamos. Claro que sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Uma questão importante: mais de 50 participantes estão nos acompanhando pelo portal e-Democracia neste momento, fazendo perguntas diversas. Inclusive, as perguntas estão escalonadas, segundo votação dos internautas. Fui informado pelo nosso Secretário da Comissão, Lindberg, de que há muito tempo não tínhamos uma participação com essa marca.

Eu acho que podemos dar uma acelerada no processo. Eu me sinto satisfeito com as explicações dadas em relação à empresa e às denúncias. Tenho certeza de que as demais explicações serão dadas quando os senhores forem intimados a prestar esclarecimentos. Acho que já podemos passar para outro tema. E, para prestigiar as pessoas que estão acompanhando a audiência pelo portal e-Democracia, vou ler a pergunta mais votada pelos internautas — e aqui nós temos várias outras.

O Leonardo Marafoni pergunta o seguinte para Bruno Oliveira, Presidente da Confederação Brasileira de Hóquei sobre a Grama e Indoor:

Olá Bruno, boa tarde. Gostaria que contasse para gente um pouco sobre a relação da Hook3, empresa de Claudio Rocha e Christian Quintão e as compras de materiais adquiridos pela CBHG enquanto os mesmos eram profissionais e trabalhavam na própria confederação. Como citado na matéria da ESPN.

Como falei, Bruno, essa foi a pergunta mais votada por aqueles que estão nos acompanhando hoje em nosso portal interativo.



O SR. BRUNO PATRÍCIO OLIVEIRA - Nós verificamos que essa empresa realmente apresentou proposta para venda de equipamentos para a Confederação. Mas exatamente por serem profissionais contratados da Confederação não houve nenhuma compra de materiais. Nenhuma compra foi levada a efeito.

É importante também contextualizar um pouco a oferta de equipamentos de hóquei no Brasil. O hóquei é um esporte que tem hoje cerca de 4 ou 5 mil praticantes — crianças e adolescentes talvez representem de 60 a 70% desse total.

Hoje só há no Brasil uma empresa, localizada em São Paulo, que recentemente passou a vender materiais de hóquei. Com exceção dessa empresa, a alternativa que resta à Confederação é importar materiais do Paquistão e da Índia.

É claro que, resolvida a questão da apresentação da proposta, é importante deixar claro que a Confederação e todas as federações estaduais e até mesmo os atletas têm grande dificuldade em adquirir material de hóquei, exatamente porque não há procura. Há no País poucos atletas, poucos praticantes. Pouquíssimas pessoas se interessam em abrir uma empresa, porque isso significa assumir os custos e os riscos de uma importação de materiais que não se sabe se serão vendidos.

Eu só queria fazer essa contextualização.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. BRUNO PATRÍCIO OLIVEIRA - Sim, muito. É uma pena!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Como todas as confederações foram questionadas sobre a SB, só para ficar claro, pergunto ao Sr. Marco, Presidente da Confederação Brasileira de Triathlon, se sua entidade teve alguma participação. Parece-me que essa pergunta já foi feita.

O SR. MARCO LA PORTA - Não. Nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Não houve nenhum convênio?

O SR. MARCO LA PORTA - Nenhum convênio, nenhuma ação, nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Há mais perguntas. Foram feitas seis perguntas à Confederação Brasileira de Hóquei sobre a Grama e Indoor. Passo à próxima.

O Max Spanjer pergunta ao Bruno Patrício:



(...) Com R\$ 20 milhões de subsídios governamentais. Como a CBHG nunca construiu um campo nos últimos 12 anos? Com esse dinheiro, você poderia ter construído pelo menos 10?

O SR. BRUNO PATRÍCIO OLIVEIRA - Eu acho que a situação do hóquei é similar à da esgrima e à do tiro com arco. A nossa verba anual é de cerca de 1 milhão e 900 mil reais, 2 milhões e 100 mil reais. O valor de 20 milhões apontado, certamente, se refere aos últimos 10 ou 12 anos. Construir um campo por ano significaria paralisar as atividades da Confederação. Um campo de hóquei oficial, adequado para a sua prática e para sediar campeonatos oficiais, tanto nacionais quanto internacionais, custa de 1,5 milhão a 2 milhões de reais.

É uma situação bem atípica. Assim como as outras duas confederações, nós somos uma entidade totalmente dependente da Lei Agnelo/Piva. E eu acredito que, para uma manobra dessas, seja necessária uma autorização. É uma coisa muito complexa. Não é tão fácil simplesmente empregar todo o orçamento anual de uma confederação para construir um campo.

Nós entendemos a importância disso. Nós realmente achamos que uma das dificuldades que o hóquei enfrenta no Brasil é a questão dos equipamentos, tanto os individuais dos jogadores quanto os da prática do hóquei. Mas, como eu disse, cada campo custa entre 1,5 milhão e 2 milhões. Então esse é um valor significativo.

Eu acho que essa é uma situação até *sui generis*, diferentemente de outras modalidades, como futsal, como vôlei, que são praticadas em quadras, e existem milhares, milhões delas no Brasil. No hóquei, isso é um pouco diferente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Nós seguimos aqui com uma pergunta da Sra. Bruna Ferraro, também dirigida ao Presidente Bruno:

“Por que a Comissão de atletas foi formada sem o voto dos atletas e por que não os deixaram votar na prestação de contas deste ano?”

Essa pergunta deve se referir a este ano de 2017.

O SR. BRUNO PATRÍCIO OLIVEIRA - Bom, respondendo à Sra. Bruna Ferraro e a todos que estão nos assistindo, a informação que eu tenho é a de que a comissão de atletas foi eleita por atletas.



Sobre a questão da votação na prestação de contas, na verdade, a legislação diz que a comissão de atletas vota na assembleia eletiva da Confederação e não nas assembleias de prestação de contas e em outras assembleias, apesar de ser salutar a participação dos atletas em consultas, em todas as decisões importantes da entidade. *(Pausa.)*

(Não identificado) - Quantos Estados têm federação?

O SR. BRUNO PATRÍCIO OLIVEIRA - São cinco Estados. O hóquei é um esporte novo, como eu falei. A Confederação tem 12 anos de existência formal. Ela começou com três Estados, três federações: Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. Por volta de 2010, 2011, mais duas federações foram criadas.

A nossa ideia, a partir de agora, com o término dos Jogos Olímpicos, com o legado que está sendo deixado, tanto em questão de equipamentos quanto em questão de visibilidade, é levar o hóquei para o resto do País. Já temos sido procurados por pessoas interessadas em todo o Brasil para iniciar a prática.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Presidente Bruno, o Sr. Rodrigo Borges gostaria de saber sobre os campos de hóquei de Deodoro:

“Quando ele será disponibilizado para a prática do devido esporte, já que temos a informação de que esse equipamento foi utilizado para a prática de futebol americano?”

O SR. BRUNO PATRÍCIO OLIVEIRA - Acredito que o Sr. Rodrigo esteja se referindo ao Centro Olímpico de Hóquei. Na verdade, desde o término dos Jogos Olímpicos, o hóquei foi uma das primeiras modalidades que começou a utilizar o legado. Com os Jogos Olímpicos, foram construídos quatro campos de hóquei oficiais no Rio de Janeiro, dois na Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ e dois no Centro Olímpico, em Deodoro.

Na UFRJ, por meio de uma parceria que nós fizemos com a Escola de Educação Física, em que o hóquei já está presente há alguns anos, nós conseguimos utilizar o Centro de Treinamento praticamente após o término dos Jogos Olímpicos. Nós promovemos os campeonatos nacionais, possibilitamos que os clubes do Rio de Janeiro realizassem seus treinamentos nesse legado.



Em relação ao Centro Olímpico, a situação é um pouco mais difícil. Desde o início do ano, nós temos mantido contatos constantes com o Ministério do Esporte e com o Exército. Na verdade, na semana que vem, eu tenho até uma reunião com o Exército exatamente para tratar desse assunto, para ver como nós podemos já dar início ao uso dessa instalação olímpica.

Eu acredito que as perspectivas sejam ótimas, pelo andar das conversas que nós temos mantido com o Ministério e com o Exército. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Nós vamos ter que fazer uma nova pré-seleção das perguntas aqui. Estão chegando muitas perguntas, e nós temos que ir pelas mais votadas. Eu queria me desculpar com todos os que estão mandando as perguntas para nós.

Eu vou fazer a pergunta do Ivan Motta também para o Presidente Bruno:

Em denúncia da ESPN diz que Claudio Rocha (técnico e filho do ex-presidente) possui salário de R\$ 12 mil, em valor bem superior ao que determina o COB, que estipula R\$ 5 mil líquido aos treinadores sem prévia experiência olímpica. V.Sa. era Gerente Geral nessa época, fora que o treinador Claudio Rocha joga o Campeonato Brasileiro de Hóquei sobre a grama, e como aconteceu no ano passado, o time dele Rio Hóquei ficou entre os três no campeonato, ele tem direito a bolsa atleta também? A informação é verdadeira?

O SR. BRUNO PATRÍCIO OLIVEIRA - Bom, em resposta a essas colocações, quero dizer que há um equívoco aqui. O salário do treinador Cláudio Rocha está de acordo com a Portaria do Comitê Olímpico do Brasil.

Em relação ao fato de ele ser treinador e jogador, é uma decisão pessoal dele. Não existe nenhum impedimento nisso, e é um pouco compreensível isso também pelo fato de nós termos poucos praticantes no Brasil.

Eu acho que talvez a geração de praticantes mais velha tenha 35, 40 anos. Então isso é natural. E é uma escolha individual. Se a pessoa se sente bem e pode jogar, quem sou eu para proibir alguém de praticar esporte, competir.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Há algumas perguntas aqui. O Rodrigo Borges volta a perguntar, fazendo menção de novo à reportagem da ESPN, porque muitas perguntas não foram feitas ao Sr. Bruno Patrício.

Nós estamos respondendo, Rodrigo. Na verdade, o Bruno inclusive está respondendo a todas as perguntas aqui.

Há mais uma aqui, Bruno, de Gabriel De Grandis:

Por que a Federação do Paraná pode votar na assembleia para eleição de nova Presidência na Confederação do Hóquei na Grama, sendo que ela não cumpre com os requisitos do Estatuto? E todos sabem que é uma Federação que não possui equipes, torneios, etc. É uma Federação fantasma?

O SR. BRUNO PATRÍCIO OLIVEIRA - Bom, em resposta a essa pergunta, a informação que nós temos, e isto está documentado, há várias provas que foram apresentadas, e essa questão foi levantada na assembleia geral eletiva, é de que a Federação de Hóquei do Estado do Paraná não é uma Federação fantasma.

Desde a sua criação, desde 2011, 2012, há atividades de desenvolvimento do esporte junto a escolas, à universidade. Etapas de campeonato brasileiro já foram realizadas no Estado do Paraná. No ano de 2015, uma equipe paranaense foi vice-campeã brasileira de hóquei feminino adulto. No ano de 2016, uma equipe paranaense foi campeã brasileira de hóquei feminino sub-18. E essa mesma equipe acabou de ser bicampeã brasileira de hóquei feminino sub-18.

Então eu acho que tudo isso é uma comprovação de que existe atividade de hóquei no Estado do Paraná. Eu acho que essas alegações são equivocadas. Elas foram até mesmo levantadas, debatidas durante a assembleia geral eletiva.

Essas questões todas foram superadas, foram votadas. As documentações foram apresentadas. Súmulas de partidas oficiais da Federação paranaense foram apresentadas. Cópias das identidades das jogadoras que participaram dos campeonatos estaduais foram apresentadas. Relatórios de atividades foram apresentados. Enfim, diante de todas essas provas, eu acho que é equivocada essa afirmação de que a Federação paranaense é fantasma.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Pergunta de Lucas Venâncio:

Por que o técnico da Seleção brasileira atua como atleta e jogador de um clube do Rio de Janeiro?

O SR. BRUNO PATRÍCIO OLIVEIRA - Eu acredito que essa eu já tenha até respondido. Mas eu particularmente não vejo nada contra isso. Quem sou eu para proibir. Não é proibido por lei. Como eu disse, é reflexo um pouco do número de praticantes que nós temos no Brasil. Se a pessoa se sente à vontade para jogar, pode jogar, em minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Bruno, é verdade que essa empresa Hook3 foi criada por três funcionários da Confederação: o filho do ex-Presidente, o preparador físico e o fisiologista?

O SR. BRUNO PATRÍCIO OLIVEIRA - Veja bem, eu não tenho pleno conhecimento da composição societária dessa empresa. O que eu sei é que um dos funcionários da Confederação é ou era — eu não sei se essa empresa ainda está ativa, está funcionando ou não — sócio dessa empresa.

Mas reitero que, a partir do momento em que a Confederação identificou essa questão, e até como eu coloquei, devido às peculiaridades da questão da disponibilidade de equipamentos de hóquei no Brasil, e mesmo ciente dessa questão de que o funcionário era proprietário da empresa, nós optamos por não seguir adiante em relação à compra e venda de equipamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Nós temos aqui mais três perguntas. Nós vamos deixar uma que não foi respondida para a rodada final de todos. É a questão do ciclo olímpico, da meta, do foco de vocês para as próximas Olimpíadas e do papel que o Ministério deve ter ou está tendo nesse planejamento junto com vocês nesse ciclo. Vamos deixar essa por último, e aí todos respondem.

Mas nós temos aqui duas perguntas para o Sr. Ricardo Machado. Uma é do Marco Xavier. Ele diz assim:

Por que a CBE realizou apenas 1 estágio de treinamento antes dos Jogos Rio 2016 no ano de 2014, e o mesmo foi o único estágio de treinamento em 10 anos.



E se estão previstos outros estágios nos próximos anos já que ano que vem temos ODESUR e em 2019 Jogos Pan?

O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - Evidentemente que isso se volta para o passado: por que não realizou? É claro que é uma decisão de caráter técnico não realizar estágio ou realizá-lo, mas fundamentalmente de caráter financeiro.

A realização de um estágio de treinamento no Brasil importa um custo evidentemente bastante elevado: concentrar todos os atletas ou um número determinado de atletas, transferi-los para uma determinada cidade ou a um local, hospedagem, alimentação, transporte aéreo e outros.

Por outro lado, os recursos que nós utilizamos até os Jogos Olímpicos foram principalmente os recursos patrocinados pela PETROBRAS. Esses recursos foram quase que exclusivamente voltados para que estes mesmos atletas pudessem fazer todo o circuito mundial, porque, sem a participação nas competições do *ranking* mundial, esses atletas não obteriam classificação aos Jogos Olímpicos. Então foi uma decisão técnica evidentemente e também financeira, porque, se nós passamos a realizar estágios de treinamento no Brasil, onde o número de atletas é reduzido, eventualmente nós deixaríamos de apoiar outros atletas a fazerem o circuito mundial e até mesmo estágios no exterior. É muito comum estágios no exterior e nossos atletas participavam. Diversos atletas participaram de estágios no exterior custeados pela Confederação, onde há um nível técnico mais elevado e uma troca de experiência maior. Então a decisão de realizar um estágio ou não realizar centra-se em duas posições, a técnica e a financeira. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Tenho mais uma pergunta que foi passada aqui pela assessoria. Nós temos mais uma pergunta aqui que é a segunda mais votada. Houve a primeira e a segunda mais votada de Ader Moreira. Ele diz o seguinte, parece que é para o Bruno. Muitas perguntas aqui, Bruno.

Ele diz o seguinte sobre a denúncia divulgada no *ESPN*. Atleta diz: "Ele me pediu para passar a maioria do dinheiro que recebi do Ministério do Esporte para os gastos nas concentrações. Disse que precisava entregar em dinheiro vivo. Tive que tirar cerca de 30 mil em uma agência no Rio e levar pessoalmente ao Bruno Patrício."



Poderia detalhar mais sobre isso, Bruno?

E ele pergunta: *“É verdade essa afirmação que foi feita pelo atleta?”*

O SR. BRUNO PATRÍCIO OLIVEIRA - Bom, não é verdade. Eu nunca solicitei ou recebi nenhum tipo de dinheiro de atleta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Então vamos aqui à nossa penúltima pergunta dos internautas aqui.

A pergunta também é para o Senhor Ricardo Machado, da Fernanda Mansur. Ela fala que no ano de 2013 foi realizada uma prestação de contas, referindo-se a gastos superiores a 26 mil reais referente a Centro de Treinamento. Ela coloca aqui um formulário número do FED 007-21 030068 que jamais foi utilizado por atletas. Inclusive constam como fisioterapeuta e preparador físico, funcionários administrativos da Confederação. Quando foi utilizado esse Centro de Treinamento?

Pode responder, Sr. Ricardo Machado?

O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - Esta pergunta tem origem numa antiga denúncia feita contra a Confederação Brasileira nos idos de 2013 me parece, ou 2014, que já foi absolutamente sanada no que diz respeito ao Centro de Treinamento. Na realidade se confunde aqui o Centro de Treinamento físico e o centro de custos voltados ao treinamento dos atletas. Isso é uma questão conceitual. Isso foi parar na CGU. A CGU pediu explicações para a Confederação, para o Comitê Olímpico e nós já prestamos todas as informações.

É o seguinte: há o Centro de Treinamento que consta no SICONV — Sistema de Acompanhamento de Convênios do Governo Federal, do SIGEF — e o Sistema Integrado de Gestão Esportiva e Financeira, do Comitê Olímpico. O nosso Centro de Treinamento não é o espaço físico onde os atletas estão treinando, é o centro de custos para atletas. Esta interpretação foi o que levou a essa denúncia, como se nós tivéssemos utilizado 26 mil reais referentes ao Centro de Treinamento. Não é isso. Trata-se do centro de custo dos funcionários administrativos que trabalham voltados à área técnica. Trata-se do funcionário que trabalha com inscrições internacionais, que verifica as passagens aéreas, as hospedagens, são estes os funcionários que trabalham na área técnica específica voltada para os atletas e que pertencem ao centro de custos do Centro de Treinamento. Esse Centro é virtual. Ele não é físico.



Trata-se de um centro de custos onde os funcionários da CBE trabalham voltados aos atletas.

A denúncia que consta o fisioterapeuta também partiu daquela antiga denúncia. Isso já foi há tanto tempo esclarecido que eu não sei por que surge. Fisioterapeuta era a formação universitária de uma funcionária administrativa que nós tínhamos. Ela tinha como formação universitária a fisioterapia. Ela não era fisioterapeuta da CBE. A CBE nunca teve uma fisioterapeuta contratada pela CBE. A CBE não tem esse serviço, como também não tem o serviço de um preparador físico. Nos tempos ainda do patrocínio da PETROBRAS, a CBE tinha com a PETROBRAS uma equipe multidisciplinar que não durou nem 1 ano, aí sim, havia médico, fisioterapeuta e outros. Mas não eram essas pessoas. Essas pessoas a que ela está se referindo aqui, um é professor educação física e é funcionário administrativo da CBE. A outra é fisioterapeuta e foi funcionária administrativa da CBE. Não há nada com relação à própria fisioterapia. Isso já foi esclarecido, é denúncia antiga e, enfim, está aqui.

(Não identificado) - Há quantos atletas federados?

O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - Em torno de 2 mil.

(Não identificado) - Quantos em atividade?

O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - As Forças Armadas participam bastante. Então colocando os colégios militares que têm atividades de esgrima com regularidade, eu acho que vai aos cinco mil praticantes aproximadamente, talvez.

(Não identificado) - Qual a idade máxima e a mínima?

O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - Idade?

(Não identificado) - Sim.

O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - Ah, começa-se com 5 anos, 7 anos de idade. E a idade máxima? Os campeonatos mundiais de veteranos são lindos, porque nós assistimos a atletas de 80 anos, 85 anos participando no ritmo deles, mas é um esporte que possibilita isso, porque não tem contato físico. Então não desgasta tanto assim, então vai longe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Há essa última pergunta aqui. O Carlos Alves fala para todos, mas no final ele faz uma pergunta para o Marco, Presidente aqui do Triathlon. Ele faz assim, ele pergunta como



funcionarão as eleições para os Presidentes das federações e das confederações. No final ele se dirige a V.Sa. Marcos, mas acho que todos poderiam responder sobre isso. O atleta federado terá voz na Confederação de Triathlon? Essa é a pergunta. Quem pergunta é Carlos Alves.

O SR. MARCO LA PORTA - Obrigado ao Carlos pela pergunta. A pergunta é muito boa, até porque é o momento em que se está discutindo bastante isso dentro da Confederação. O que a Confederação Brasileira de Triathlon pensa em relação a isso?

Nós, na semana passada, tivemos a assinatura do *rating* das entidades esportivas. A ideia é aproveitar esse impulso de governança que envolve a participação dos atletas e estender isso às nossas federações, de maneira que as federações estejam também com o seu estatuto, com a sua governança adaptada, nos mesmos moldes que a Confederação. Nós teremos, a partir daí, o sistema funcionando com os atletas, com o Conselho dos Atletas formando-se nas federações, opinando nas federações e, conseqüentemente, em paralelo, opinando na Confederação. Nós entendemos que esse é o modelo ideal. Hoje os atletas já participam. Em todas as reuniões que convocamos, nós chamamos o Presidente do Conselho dos Atletas para que opine e tome as decisões em conjunto conosco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Eu passaria a palavra para todos os Presidentes sobre a questão das eleições. Como funcionarão as eleições vindouras de federação e confederação?

O SR. BRUNO PATRÍCIO OLIVEIRA - Em relação às eleições na Confederação de Hóquei, os atletas já têm direito a voz. Já há uma comissão de atletas que foi formada há 2 anos. A ideia é que os atletas sejam cada vez mais envolvidos nas decisões principais que envolvem o desenvolvimento do Hóquei no País e a ideia é que consigamos também transmitir isso para as federações filiadas à Confederação.

O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - Da mesma forma a esgrima implantou a Comissão de Atletas antes mesmo da exigência, antes da promulgação da lei. Evidentemente que após a alteração da lei que exigiu a participação dos atletas, nós já estávamos até adaptados. Este ano inclusive vai ter uma nova eleição, uma nova comissão deverá ser formada. O que vem se discutindo hoje, e



não é apenas na esgrima, mas na maioria dos esportes, por isso esse *rating* e discussões dentro do Comitê Olímpico também, é justamente essa visão mais moderna de governança em que o colégio eleitoral seja ampliado, a base seja ampliada. Evidentemente que tudo isso tem que ser muito bem estudado, dimensionado, porque também gera custos. Na medida em que você amplia o colégio eleitoral e vai fazer uma assembleia, daqui a pouco é uma assembleia inviabilizada pelo custo. Entidades como nós que vivemos exclusivamente de recursos públicos não pode retirar uma soma elevadíssima de dinheiro público para realizar uma assembleia. Se não colocar este mesmo recurso no atleta, seremos criticados igualmente. Então tudo isso está sendo estudado.

Há a possibilidade de os clubes virem a fazer parte integrante desse colégio eleitoral, numa proporcionalidade que está se estudando. Há a possibilidade de os árbitros virem a fazer parte. Enfim, é nesse sentido que a maioria das entidades está começando a discutir para se fazer a ampliação do colégio eleitoral, para que mais pessoas possam ter vez e voz nas decisões da entidade. Sem dúvida nenhuma é um caminho sem volta.

O SR. VICENTE FERNANDO BLUMENSCHIN - Você permite que eu responda? Na Confederação Brasileira de Tiro com Arco, o atleta já tem direito a voto para eleição, para tudo. Em todas as assembleias eles têm direito a voto. Revendo a nossa governança, um atleta vai fazer parte do Comitê Administrativo que nós estamos criando com a nova governança. Então, eles têm uma participação importante.

Nas Federações seguiremos o mesmo caminho que o La Porta de praticamente obrigar as Federações que tenham esse Comitê com direito a voto. O interessante é que há uns tempos, antes das leis também, eu quis que os clubes tivessem direito a voto, e as Federações não aceitaram essa proposta na Assembleia, mas nós estamos revendo esse comportamento das Federações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Eu só queria mais uma vez destacar aqui o não-comparecimento do Sr. Alaor Azevedo, Presidente da Confederação Brasileira de Tênis de Mesa. Nós já temos o requerimento pronto para convidá-lo novamente. De repente ele não veio por problemas pessoais e profissionais, mas vamos dar-lhe outra oportunidade, até porque não foi nenhum



bicho de sete cabeças. Ninguém aqui é obrigado a falar nada que não quisesse. Esta não é uma Comissão de investigação. Todos aqui foram convidados, só falam o que quiserem. Esta é uma oportunidade de falar sobre o tema e esclarecer alguns questionamentos de alguns Deputados que vieram e de outros que não vieram, mas que certamente depois lerão a ata e acompanharão a reunião.

Nós tivemos aqui uma reunião bastante produtiva.

Agradeço aos participantes que nos acompanharam pelo *e-democracia*. Continuem participando. A participação de vocês é muito importante.

Finalizados os debates, eu passo a palavra aos palestrantes, aos expositores para as considerações finais.

Se você me permitirem, eu gostaria que V.Sas. falassem sobre esse ciclo Olímpico, sobre a meta de vocês rapidamente e sobre a participação que o Ministério tem e que pode ter nas próximas Olimpíadas e no Pan-americano.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Sr. Presidente, posso dar uma contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Sim.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Primeiro, gostaria de parabenizar a V.Exa. e a todos que assinaram o requerimento, convidando os Presidentes de Confederação para virem prestar as informações necessárias.

Eu vejo que se discute muito a questão de eleição. Agora eu vi aqui alguns Presidentes falando que atletas vão ter que ter direito a voto. Eu penso que nessa formatação de Confederação e Federação filiadas não cabe isso, porque quem vota nos Presidentes de Confederação são as Federações Estaduais. E quem vota nas Federações Estaduais são os clubes participantes ou filiados a essas Federações.

Quando o atleta começar a votar em Presidente de Confederação ou em Presidente de Federação, o próprio investidor ou o patrocinador poderá dizer: "*Ah, mas eu quero também votar, porque eu patrocino e eu quero ter direito à voto*". E o torcedor poderá dizer: "*Não. Mas eu que quero assistir, eu quero ter direito a voto.*"

Então, não vai dar certo. Eu acho que a regra não é essa. É a Confederação, mais em baixo as Federações e mais em baixo os clubes filiados às Federações. Eu penso dessa forma. Não tem como atropelar a hierarquia das Confederações. Isso seja para qualquer Federação. Eu penso dessa forma. Eu acho que esta Comissão



pensa de uma forma, o tribunal pensa de uma forma, os atletas pensam de outra forma, os clubes pensam de outra forma, e as Federações também. E a Confederação, que é a mãe de todos, que representa a maioria do seguimento desses esportes, seja a CBE, seja o triátlon, seja o vôlei, seja a natação.

Vamos ter que discutir muito isso, porque todo mundo quer ter direito a voto e nem todos podem ter direito a ele. Eu acredito que essa questão da eleição, do prazo, até isso pode ser discutido, senão acaba o sentido da Confederação e acaba o sentido das Confederações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Deputado Roberto, eu queria até...

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Vai ter que se formar um grande sindicato, em que todo mundo que se filiou tenha direito a voto. Aí é outra história, mas de acordo com o sistema implantado hoje, eu acredito que é difícil dar certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Quem quiser se manifestar sobre isso nas considerações, eu tenho uma questão sobre essa questão, porque eu acho que cada Confederação tem um modo de agir, de dar certo.

Por exemplo, eu questiono o da CBF. Por quê? Estou falando do novo Estatuto que foi aprovado. Como um Estado pequeno, que não tem nem representação de time na Série A, vai ter o mesmo voto, o mesmo peso que um Palmeiras, que um campeão brasileiro, que um Corinthians, que um Flamengo? Esse é um questionamento que muitos têm aqui, inclusive eu.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Mas isso é uma representatividade do Estado. Como o Estado do Amapá tem a mesma força econômica ou política que o Estado de São Paulo?

São três Senadores para cada Estado. A nossa bancada é menor. A bancada Federal do Amapá é de oito, a de São Paulo é de 70. Eu estou falando de proporcionalidade. Não se faz esportes só com grandes clubes. São poucos grandes clubes, são milhares e milhares de clubes que têm a legislação de clube amador ou profissional com estrutura de amador, que estão aí no Pará, no Amapá, no Ceará, na Bahia.



Os clubes que são ranqueados são poucos, mas todos eles têm maiores problemas do que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Mas a Federação desses Estado que V.Exa. disse tem o mesmo peso que...

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Mas é Federação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Mas é isso.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Federação representa o quê? O Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Uma Federação tem o mesmo peso do que o time que joga um Campeonato Brasileiro, uma Libertadores, uma Copa do Brasil.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - A Federação, sim, tem um peso e representa o Estado dela, que é filiado a uma Confederação, é assim com todas as Confederações. Agora, o clube, dependendo do que ele ranquear, ele tem direito a dois. Os clubes que estão na Série A, na Série B têm direito a voto, mas as Federações têm voto igual.

Não pode, senão o Brasil não vai existir. Só vai existir Rio e São Paulo, Sul e Sudeste. O Norte não vai ser representado nunca, o Nordeste não vai ser representando nunca, porque a grande força do futebol ou dos esportes nacionais está no eixo Sul-Sudeste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Mas é isso que eu quero dizer, parece-me que na CBF está dando certo, porque nenhum time de Série A nem da Série B se manifestou sobre esse novo Estatuto. Parece que está dando certo. Mas eu acredito que as Confederações podem ter um formato que dê certo.

Por exemplo, o time do Bahia, do meu Estado, reformulou-se por inteiro e determinou que os sócios dissessem quem irá sentar na cadeira. Somos nós que vamos definir quem está associado a ele.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Mas só vota quem é associado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Quem é associado. Mas é isso.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Não adianta ser associado, se não participar dos direitos...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Mas o ex-atleta associado vai votar também.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - E deu certo. O Bahia está na primeira divisão. *(Risos.)*

Vamos às considerações finais.

Concedo a palavra ao Sr. Bruno Patrício Oliveira, Presidente da Confederação Brasileira de Hóquei sobre a Grama e Indoor. Agradeço ao senhor pela participação e por responder a todas as perguntas.

Queria dizer a todos e aos participantes do e-Democracia que vamos encaminhar as perguntas que não foram lidas a todos os participantes, para que possam responder as perguntas.

O SR. BRUNO PATRÍCIO OLIVEIRA - Sr. Presidente, primeiramente eu gostaria de agradecer pelo convite. Agradeço a todos pela participação.

Quero dizer que esse ciclo olímpico, que terminou em 2016, foi fundamental para o hóquei na grama no Brasil. Esse legado vai ser muito bem aproveitado. A ideia é que o utilizemos para poder crescer mais, para aumentar o número de praticantes, para fazer com que a modalidade seja mais conhecida no País e para trabalhar a renovação das seleções tanto de base como as adultas.

Era basicamente isso o que tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Pacheco Machado, Presidente da Confederação Brasileira de Esgrima. Agradeço pela presença, pelas respostas e pelos esclarecimentos que foram dados.

O SR. RICARDO PACHECO MACHADO - Uma visão futurista: temos que olhar para trás para poder enxergar lá na frente. Tivemos um final de ciclo Rio de Janeiro, ciclo olímpico no Rio, realmente muito vitorioso para o nosso esporte. Como eu havia relatado, tivemos um crescimento quantitativo, mas, principalmente, qualitativo e de muita expressão. É óbvio que, atrelado à redução de recursos, voltando os olhos agora para os jogos de Tóquio, nós somos compelidos, neste momento, a espremer um pouco mais a elite do nosso esporte, ou seja, nós vamos



pinçar, e é o que já estamos fazendo. Nós vamos apoiar o máximo possível os nossos atletas destaques nacionais e internacionais.

Por outro lado, se o investimento não será o mesmo, não está sendo o mesmo do que o do ciclo anterior, em função da perda de patrocínio, nós estamos voltando os olhos, já que nos ciclos anteriores isso não foi possível, para a formação, principalmente de RH, para a formação de técnicos, o que é uma carência enorme no Brasil. Já estamos começando a formar técnicos e árbitros em parceria com universidades. Isso tem dado um resultado muito satisfatório. Começamos a fazer isso este ano. E, ao longo desses 4 anos, queremos formar um grupo bastante elevado de técnicos que, estes sim, levarão o esporte para outros locais que ainda não chegaram. Consultam-nos muito, chegam muitas perguntas para a Confederação, como, por exemplo: *“Vocês têm algum técnico para nos indicar; vocês têm algum técnico para trazer aqui para o interior do Mato Grosso, pois há muita gente querendo fazer esgrima”*. E nós não temos. Nós identificamos que a formação de técnicos é fundamental. Tudo é fundamental. Mas a formação de técnicos é imprescindível. O nosso esporte é muito atraente. Qual dos senhores não teve uma espadinha de plástico na infância? É muito atraente pelo lado lúdico. Em qualquer rincão deste País, há espadinhas de plástico como brinquedos infantis. A criançada adora, é uma loucura, mas não tem quem ensine.

Essa é a nossa visão: investir num grupo seletivo de alto rendimento, voltado aos jogos olímpicos, com potencial de medalha. Essa foi a nossa realidade em 2016. Chegamos muito próximos da medalha. Há um potencial, porque são os mesmos atletas com mais qualificação até 2020. Não podemos também nos esquecer da formação de RH para difundir o nosso esporte. Essa é a nossa meta de gestão para 2020.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Concedo a palavra ao Sr. Marco La Porta, Presidente da Confederação Brasileira de Triathlon.

O SR. MARCO LAPORTA - Queria agradecer pela oportunidade de podermos falar um pouco do esporte. Foi bastante proveitosa esta reunião. Aprendemos bastante aqui.



Particularmente, respondendo à pergunta do ciclo olímpico, quero dizer que estamos já trabalhando desde o início da nossa gestão, visando esse trabalho do ciclo olímpico. Sabemos que é um ciclo olímpico mais difícil do que o anterior pelo problema de recursos que já é de conhecimento de todos. Isso de forma alguma servirá como desculpa para que não trabalhemos bem e não busquemos resultados. O principal foco da nossa gestão realmente é reorganizar a Confederação e buscar as parcerias. Fomos muito bem recebidos no Ministério do Esporte, que já tem abertas as portas para nós, de maneira que possamos trabalhar nesse desenvolvimento do ciclo olímpico, assim como o Comitê Olímpico do Brasil. Nós realmente precisamos dessa ajuda, para que juntos possamos crescer, ter uma administração confiável, para que os patrocinadores se sintam seguros de investir na Confederação e possamos, sim, fazer o trabalho para o nosso público, óbvio que os atletas. Essa é a razão de ser da Confederação.

Então, nós esperamos que as coisas aconteçam da maneira como vimos planejando e vai acontecer, porque estamos trabalhando bem. Tenho certeza de que os resultados virão já nesse próximo ciclo olímpico.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Muito obrigado.

Por fim, concedo a palavra à Sandra Helena de Souza Silva, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Tiro com Arco. Agradeço à senhora mais uma vez.

A SRA. SANDRA HELENA DE SOUZA SILVA - Nós é quem agradecemos pela oportunidade de estarmos aqui falando mais e melhor sobre nós mesmos, nessa oportunidade de interlocução.

É certo que, nesse novo ciclo olímpico, investiremos no que sempre investimos: na coragem, na participação efetiva mais próxima com atletas, com aqueles que têm interesse de participar na CBTARCO, para o desenvolvimento e ampliação dela no quadro esportivo.

Patrocínio nós nunca tivemos. A crise nos é uma constante. Então, nesse novo ciclo olímpico, nós vamos estar lidando com as dificuldades de sempre, mas, inegavelmente, no último ciclo nós crescemos muito em qualidade, em quantidade, e isso já é um legado muito importante para essa nova etapa que está se iniciando. Nós temos certeza de que nós vamos contar com um novo perfil, um novo olhar de



todo esse contingente esportivo que exige mais transparência, mais governança, enfim, nós estarmos mais aptos para poder trocar e conseguir uma interação melhor. Falo da sociedade e de todos aqueles que podem investir no esporte e particularmente no tiro com arco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Agradeço a participação do Sr. Vicente Fernando, Presidente da Confederação Brasileira de Tiro com Arco; do Sr. Leandro Cruz Fróes, Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte. Sr. Leandro, transmita o nosso abraço ao nosso amigo Ministro Leonardo Picciani. Agradeço a presença do Sr. Wladimir Camargos, Relator da proposta da Lei Geral do Esporte do Senado, especialista em Direito Desportivo; do Sr. Luciano Hostins, Presidente do Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem da ABCD/ME.

Por fim, fico muito satisfeito de participar desta reunião, porque podemos ver que no Brasil não há só futebol. Quem está vivendo a vida pública ou exercendo algum cargo com função eletiva, alguma coisa de expressão, certamente está sujeito a esses questionamentos. Vocês vão ter que conviver com isso como nós convivemos e muitos outros convivem. É natural. Certamente vocês demonstraram que estão prontos para responder aqui e em qualquer outro lugar.

Quero parabenizá-los por essa ação e dizer que faço votos de que vocês possam ter o apoio do Ministério do Esporte, que possam fazer uma gestão profícua, para que, cada vez mais, possamos nos orgulhar dos nossos representantes, seja nos Jogos Pan-Americanos, em campeonatos mundiais ou nas Olimpíadas.

Tenho certeza de que o brasileiro que se emociona com futebol emocionou-se muito — eu me emocionei muito — nas Olimpíadas, acompanhando o Brasil. Cada medalha era uma conquista como se eu estivesse conquistando um fato extraordinário da vida. Acho que a interação com o esporte na vida das pessoas, principalmente quando você mexe com a Nação, com a bandeira, isso é uma coisa extraordinária. É uma emoção que até leva você a esquecer os problemas financeiros e econômico que você tem no dia a dia com sua família. Realmente é algo extraordinário. Vocês são responsáveis por isso.



Espero que possamos ver cada vez mais o crescimento de vocês, das confederações e dos nossos atletas. Que Deus possa nos iluminar nessa caminhada e que o Brasil possa sempre vencer esses desafios.

Tenham certeza de que vocês contribuíram muito com esta Comissão. Vamos cumprir outras agendas e outras metas nesta Comissão de Esporte.

Muito obrigado.